

Memorial para Progressão Funcional de Classe D (Associado IV) para Classe E (Titular)

Lucio Remuzat Rennó Junior

Matrícula 309257

Brasília, janeiro de 2025

Sumário

I.	Introdução.....	3
II.	Formação.....	5
III.	Experiência Profissional – Ensino, Pesquisa e Extensão.....	20
IV.	Cargos de Gestão – Promovendo Mudanças Institucionais.....	37
V.	Pesquisas Futuras e Considerações Finais.....	58
VI.	Referências Bibliográficas	65

I. Introdução

O memorial é requisito para a progressão funcional à classe E (Titular). Registro nele os elementos que embasam meu pleito para avanço à classe E da carreira de Professor Titular, último estágio da trajetória docente na Universidade de Brasília (UnB). Conforme as diretrizes para a ascensão profissional, o memorial detalha minha trajetória nos três pilares básicos da Universidade - ensino, pesquisa e extensão e resume minha atuação como gestor público, ocupando cargos administrativos dentro e fora da UnB. Aponta, por último, para a continuidade da minha trajetória, detalhando pesquisas futuras.

Meu interesse pela política surge e se consolida com minha experiência vivida no final dos anos 1980, enquanto ainda secundarista. Uma série de eventos marcantes no mundo e no Brasil aguçaram minha curiosidade pela política que depois seria motor da minha carreira profissional. Aqueles eram anos de efervescência. No mundo, a queda do muro de Berlim em decorrência da derrocada da União Soviética indicava o fim de uma era. Havia uma ansiedade pela construção de regimes democráticos, abertos. Mas, mais próximo a mim, o Brasil vivia intensos processos de reforma institucional: eleições para a Assembleia Constituinte, uma nova Constituição e as eleições diretas para Presidente da República em 1989 geraram e foram fruto de apaixonado engajamento público de parcelas substantivas da população brasileira – *que queriam a democracia*.

Simplemente, todo mundo falava de política todo o tempo. As pessoas ansiavam participar, opinar, influir, se candidatar. Em 1989, todos tínhamos um candidato a presidente para defender e isso era definidor de nossa própria identidade. Era tudo muito novo e muito excitante. Todos esses fatos, desde cedo, me estimulavam o interesse pelo estudo da política. Era o caminho profissional que queria trilhar.

Decidi pelo vestibular em ciência política na UnB. Contudo, o real compromisso com o curso tardou um pouco. Cursando uma disciplina no quinto semestre, fui introduzido a um tema que marcaria minha carreira. Resumo aqui, de forma simples, como o estudo sobre o que as pessoas pensam acerca da política, por que elas se interessam, se engajam, como formam suas preferências e escolhas e quais atitudes tem em relação ao regime político e aos outros. Naquela época, essa linha de pesquisa era conhecida como cultura política, termo que gradualmente caiu em desuso. Mas os

trabalhos iniciais sobre a temática no Brasil, especialmente de Amaury de Souza e Bolívar Lamounier e posteriormente de Marcello Baquero, Rachel Meneguello e José Álvaro Moisés, foram fundamentais para dar rumo à minha trajetória. Essa literatura me foi introduzida pela Profa. Maria das Graças Rua, pessoa fundamental para me transformar em cientista político. Sob a orientação da Profa. Graça Rua fizemos um dos primeiros levantamentos de opinião pública com amostra representativa da população do DF no Instituto de Ciência Política (Ipol), que participei como entrevistador, nos idos de 1994, enquanto bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) em Ciência Política.

Como essa breve introdução deixa claro, minha trajetória não pode ser resumida sem falar de ideias, pessoas e instituições, que se misturam na narrativa da minha vida como professor, pesquisador e gestor. Ideias, pessoas e instituições são também o que escolhi estudar, entendendo que são categorias indissociáveis para compreendermos o funcionamento da política. Ao longo deste memorial, tentarei explicitar o entrelaçamento desses fatores que marcaram minha formação, minha atuação profissional e minha produção acadêmica. Tentarei dar sentido a como instituições, pessoas e ideias me levaram a onde estou hoje, em cada etapa do percurso. Também procurarei evidenciar com construí o tratamento de instituições, pessoas e ideias como tema de estudo. Seguindo o padrão nesse tipo de documento, sigo ordem cronológica, mas enfocando menos os detalhes ou nas evidências documentais, que podem ser constatadas em meu Currículo Lattes, mas tentando descrever como se desenvolveram as ideias que foram surgindo através da interação com pessoas inseridas em instituições.

II. Formação

Conforme já apontado, inicio meu percurso na ciência política quando começo curso na área, um dos únicos no país então, na Universidade de Brasília em 1990. Conforme já relatado, o despertar para a profissão não foi imediato e foi muito influenciado por uma pessoa. Certamente outras se somaram posteriormente ao processo de consolidação da minha escolha, como os Professores Paulo Calmon, David Fleischer e Gláucio Soares, seja na graduação ou no mestrado em ciência política na UnB. Mas é impossível não reconhecer a influência de Maria das Graças Rua. Tendo-a como professora, cursei inúmeras disciplinas na graduação, sobre os mais distintos tópicos, aplicados e teóricos. Foi minha tutora no PET/CP e orientadora de graduação e mestrado. Aprendi com ela a me especializar sem perder de vista o todo. Aprendi teoria e prática. Confirmei minha vocação. Não é pouca coisa.

Tive a rara oportunidade como estudante, cada vez mais improvável nos dias de hoje, na verdade, de trabalhar nos diversos papéis e momentos da realização de uma pesquisa de opinião pública, convencionalmente chamada de *survey*. Em 1994, coordenada por Graça Rua, fizemos uma das primeiras pesquisas de opinião pública com amostra representativa da população urbana do Distrito Federal. Apliquei questionários em várias Regiões Administrativas do DF, acompanhei o trabalho de supervisão e coordenação e depois analisei os dados usados na minha monografia de graduação, que publiquei na Revista Textos Graduados em 1995, um periódico organizado por discentes de graduação do Instituto de Ciências Sociais.

A monografia aplicava ao DF a discussão sobre cultura política idealizada por Gabriel Almond e Sydney Verba em sua famosa obra “The Civic Culture”. Naquele trabalho, os autores definem cultura política como o conjunto de valores, crenças e atitudes que cidadãos e cidadãs têm sobre o sistema política. Era um conceito que bebia em águas weberianas, tentando desvendar, em tempos modernos e usando técnicas empíricas científicas, o que as pessoas pensam sobre política e as bases atitudinais da legitimidade política – quais suas visões sobre o Estado, instituições políticas, governo e servidores públicos.

Essa vertente simultaneamente plantava e colhia frutos dos avanços metodológicos dos anos 50 na disciplina, com forte virada científica, promovendo estudos empiricamente sólidos e embasados em dados. O comportamentalismo, como se

convencionou chamar, trazia para a ciência política, no imediato pós-guerra, lições de outras disciplinas para coletar dados empíricos através da aplicação de questionários estruturados, resumindo as visões de grandes populações (Peres 2008). A defesa do método científico passa a ser central nesse momento e o desenvolvimento de técnicas de pesquisa permitiu que se pudesse fazer inferências para populações mais amplas, somando-se à estratégia de caráter mais histórico e interpretativista que prevalecia então no estudo da temática.

Replicamos diversos itens do questionário original aplicado aos cinco países estudados por Almond e Verba e descrevemos as distintas dimensões da cultura política local, conforme sumarizado nos dados quantitativos de opinião pública do DF. Destacamos, então, a questão da confiança interpessoal, ou melhor, sua ausência, como um traço marcante da cultura política local. Fizemos isso sem desconsiderar as críticas possíveis ao conceito, sumarizadas na coletânea *The Civic Culture Revisited*, que chamava a atenção para as variações internas em uma mesma cultura, sua maleabilidade no tempo e sua complexa relação, que não era determinista, com a estrutura político-institucional.

É fundamental ressaltar que a oportunidade de publicar tal trabalho, em um periódico com revisão de pares, foi fundamental para minha carreira. Introduziu algo importante que entendo ser essencial na profissão: o compromisso com a disseminação do conhecimento científico. Procurar divulgar o que se pesquisa, atingindo o rigor imposto pelos pares, é etapa central do processo de produção de conhecimento. Foi passo definidor para as setenta e tantas publicações em periódicos que se seguiram. Sem a primeira, seria difícil imaginar que as seguintes viriam. Assim, periódicos organizados por estudantes, voltados para publicar os trabalhos de estudantes são fundamentais na construção de trajetórias de pesquisadores(as). Seria claramente mais difícil publicar em um periódico de alto impacto naquele estágio da carreira. Na pós-graduação, voltei a publicar resultados da minha dissertação em periódico de estudantes, agora de pós: a *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*.

Posteriormente, em 1998, um resumo mais amplo da literatura sobre cultura política saiu na BIB- Revista Brasileira de Informacao Bibliografica em Ciencias Sociais, artigo bastante utilizado em sala de aula e citado até hoje. Além das revistas voltadas para o público discente, periódicos que promovem a publicação de revisões bibliográficas permitem também que estudantes de pós-graduação encontrem um caminho para

publicação de capítulos teóricos de suas dissertações e teses. São também, eventualmente, importantes recursos didáticos. Lembro que Charles Peçanha era o editor da BIB, assim como da Revista Dados, e que seu trabalho à frente desses periódicos, feito com brilhantismo e respeito, foi fundamental para a construção de ambas as revistas. Embora mais distante, Charles também foi marcante em minha trajetória. Admirava sua dedicação e seu compromisso com a comunidade das ciências sociais no Brasil e com o desenvolvimento científico da área.

A dissertação de mestrado, por sua vez, aplicou o conceito de hobessianismo social, desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos a dados de opinião pública coletados em 1996 em pesquisa novamente com amostra representativa da população urbana do Distrito Federal e coordenada por Graça Rua. O conceito é oriundo da discussão sobre o híbrido institucional brasileiro, em que se legisla proficuamente, mas com baixa aderência social às normas escritas. Assim, prevalecem padrões comportamentais se baseiam em hábitos e normas sociais que privilegiam a informalidade. Uma vez que se entende que as instituições não só funcionam precariamente, mas podem resultar em equilíbrios sub-ótimos e efeitos perversos, são buscadas soluções extra-oficiais para os problemas diários. Não se busca a justiça ou a polícia por que se entende que não trará benefícios, apenas mais custos.

Foram desenhadas questões que operacionalizam essas ideias, replicando algumas usadas pelo próprio Santos, e disponíveis em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Confirmou-se a hipótese de que a população do DF evitava o contato com instituições públicas para a solução de seus desafios diários e optava por maneiras informais de solução de problemas. A desconfiança interpessoal encontrada antes somava-se à institucional, gerando um quadro em que prevaleciam estratégias limitadas à se contar apenas com a família e amigos.

Resultados substantivos das análises foram publicadas como capítulos de livros, um destes organizados por Marcello Baquero, grande especialista no tema. A tese central da dissertação foi incluída em livro sobre Brasília, organizado por Brasilmar Ferreira, com o título de Cultura Política, Hobbesianismo Social e Democracia. Um elemento chave por trás do hobbesianismo social é também a ideia de que não há confiança, seja institucional, seja interpessoal. Na monografia de graduação, a questão da desconfiança já havia emergido como elemento importante da cultura política de massas no DF. Isso se confirma na análise posterior, refletindo componentes também do familismo amoral,

que Elisa Reis aplicou ao caso brasileiro, embasada na discussão oriunda do estudo italiano de Edward Banfield. Em todas essas perspectivas, prepondera a ideia de uma sociedade desregulada em que predomina o oportunismo e que, para fora da esfera privada da família, é o reino do “cada um por si”, típico de um estado de natureza, que como descreve Wanderley Guilherme dos Santos no parágrafo final de seu trabalho já citado, é exuberante em um país tropical.

O caminho para o doutorado era natural e já estava traçado. Seria realizado no exterior. Onde, contudo, seria definido pela oportunidade, pela fortuna. Fui aceito para o programa de pós-graduação em Ciência Política da University of Pittsburgh. Havia ali dois pesquisadores que me interessavam muito: Barry Ames e Mitchell Seligson. O último era autor influente na área em que militava, os estudos sobre cultura política e opinião pública. O outro, em área que descobri no final da graduação e início do mestrado, também quando meu caminho se cruzou ao do Prof. Paulo Calmon, docente do IPOL e que ofertava disciplinas sobre instituições políticas e economia política.

Interessante aqui também destacar a importância de intercâmbio e mobilidade de pessoas, com as universidades brasileiras recebendo pesquisadores de fora. Dois então jovens pesquisadores que vieram à Brasília fazer trabalho de campo, coletando dados para suas teses, e estabeleceram vínculos com a UnB foram também importantes para o despertar pelo interesse no estudo sistemático de instituições políticas. Timothy Power participou de atividades de disciplina ministrada por David Fleischer, enquanto ainda na minha graduação. Carlos Pereira visitou a instituição mais tarde, quando eu já estava no mestrado. Ambos faziam doutorado em instituições nos Estados Unidos e foram importantes para indicar novas avenidas de pesquisa e opções de qualificação no exterior. Por motivos óbvios, a UnB recebe pesquisadoras e pesquisadores de todas as partes interessados em instituições políticas, o que oferece oportunidade especial para seu corpo discente e docente. Dessa maneira, a internacionalização de universidades brasileiras passa a ser fundamental quando orientada para o público interno, que fica exposto tanto a compreender melhor as opções de qualificação fora do país, quanto a novas pesquisas e agendas.

Esse conjunto de fatores me aproximou do estudo de instituições políticas, que passaria a ser uma segunda área de atuação. Repare, todavia, que ao estudar cultura política, sempre enfoquei os incentivos e restrições impostas pelo contexto institucional para orientar comportamentos políticos. O capítulo de livro publicado em

obra organizada por Marcello Baquero tratava exatamente sobre como florescia a desconfiança nas brechas deixadas pelas instituições políticas. Utilizei bastante o trabalho de Aaron Wildavski sobre a interface entre instituições e comportamento para argumentar que as escolhas feitas por indivíduos só podem ser entendidas quando inseridas em seus contextos imediatos, fortemente parametrizados pelas regras em vigência. Dessa maneira, o quadro institucional cria, claramente incentivos e constrações ao comportamento político, enquanto esse pode, oportunamente, gerar dinâmicas que reverberam nas instituições. A direção da causalidade não é simples, ou de via única, mas de retroalimentação.

Assim, a interface entre contexto institucional, por um lado, e comportamentos e atitudes políticas por outro sempre esteve presente no meu trabalho. Talvez seja o melhor resumo de todo ele. Estudo como instituições moldam e são moldadas por valores, atitudes, preferências e escolhas individuais. Essa junção claramente voltaria a se manifestar explicitamente em minha tese de doutorado, dessa vez com ênfase no comportamento eleitoral, ao invés dos valores e atitudes políticas. A partir do doutorado é correto afirmar que os estudos eleitorais substituem meu interesse por cultura política. Embora valores e posições sobre temas políticos seguissem ocupando papel central em minhas preocupações acadêmicas, passaram muito mais a serem usados como fatores explicativos do voto, do que variáveis dependentes a serem estudadas. Mas voltaremos a isso mais tarde.

Uma vez em Pittsburgh, pude casar com perfeição meus interesses por comportamento político e instituições políticas, com a orientação de dois reconhecidos nomes em cada uma dessas linhas de pesquisa. Com base em trabalhos desenvolvidos em disciplinas de pós-graduação, publiquei alguns artigos em periódicos brasileiros reconhecidos: Dados, Opinião Pública e novamente o BIB. Nas duas primeiras, a ênfase foi na discussão sobre cultura política e confiança interpessoal em particular, dando sequência aos trabalhos desenvolvidos na graduação e mestrado. O foco era em confiança interpessoal, seja do ponto de vista comparativo, seja relativo às suas formas de mensuração. Agora usando bases de dados comparadas e internacionais, em particular o Barômetro das Américas, coordenado por Mitch Seligson, mas também o Latinobarômetro, sediado em Santiago do Chile.

Nesse período, também, o conceito de capital social, conforme trabalhado por Robert Putnam, passou a ser incorporado nas minhas pesquisas. A articulação com o

debate sobre cultura política era clara, uma vez que a interpretação putniana focava nos padrões de engajamento cívico como elemento central de uma sociedade abundante em capital social. Capital social, assim, é caracterizado como um atributo social que facilita a cooperação e ação coletiva para benefício mútuo, onde a ideia de confiança interpessoal como motor do engajamento ocupa papel de destaque. Dessa forma, a transição para a discussão sobre os microfundamentos do capital social, entendido como as bases individuais da ação coletiva, foi uma evolução natural do debate anterior, e publicado como “Confiança Interpessoal e Comportamento Político: Microfundamentos da Teoria do Capital social na América Latina” no periódico *Opinio Publica* e “Sobre a Mensuração da Confiança Interpessoal: Um Conceito Multidimensional” em coautoria com Mitch Seligson, agora na *Revista Dados*.

Cabe aqui um parêntese metodológico: enquanto na graduação e mestrado, não estavam publicamente disponíveis dados internacionais de opinião pública, de caráter comparativo, como há hoje. O *Latinobarometro* começa em 1995. Havia surveys nacionais anteriores, mas o acesso era extremamente restrito e difícil. O *Barômetro das Américas* coleta sua primeira amostra nacional no Brasil em 2006. Hoje em dia, proliferam bases de dados de opinião pública com amostras nacionais.

Perdeu-se, de certa forma, a tradição de coleta de dados em cidades, algo que a rica tradição de estudos eleitorais desenvolveu no Brasil nos anos 70 e 80. O acesso hoje facilita as análises, mas leva a perdas sobre compreensão da complexidade do trabalho de coleta e dos cuidados com algo central: a qualidade dos dados. Minha experiência prática coletando dados de survey desde 1994, atuando desde entrevistador até coordenador nacional, é rara hoje em dia. Se a expansão de dados secundários de opinião pública é fundamental na geração e acúmulo de dados e conhecimento, é ruim pela perda do entendimento da sensibilidade envolvida na coleta do dado pelo pesquisador que passa a ser apenas usuário de bases já coletadas.

Naquele período, já começo também a pensar em termos de comportamento eleitoral, enfocando nas explicações do voto. Publico revisão da literatura norte-americana sobre voto, com grande ênfase no estudo dos atalhos cognitivos que o eleitor empreende para facilitar sua escolha em eleições. O artigo *A Estrutura das Crenças de Massa e seu impacto na Decisão de Voto* traça as origens dessa discussão no clássico *The American Voter* chegando aos estudos sobre cognição, sentimentos e voto. Essa literatura foi essencial, posteriormente, para o desenvolvimento e teste das hipóteses

centrais da minha tese de doutorado. A questão aqui é sobre o trato de informações políticas para orientar escolhas eleitorais e sumarizar quadros institucionais complexos.

Antes, é importante destacar o crescente interesse pelo estudo de instituições, principalmente do Poder Legislativo e da relação legislativo/executivo, despertado enquanto ainda na UnB, mas melhor desenvolvido durante o doutorado. Nesse sentido, a influência de Barry Ames e seu debate com Fernando Limongi e Argelina Figueiredo é central.

Cabe lembrar que a partir de meados dos anos 90 do século passado, começaram a ser publicados diversos estudos sobre o Congresso Nacional no Brasil. A primeira geração desses trabalhos inclui os textos de Carlos Novaes, Barry Ames e Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. As divergências eram claras. Enquanto os dois primeiros, em trabalhos separados, apresentavam um cenário de baixa coordenação interna no Congresso, excessiva pulverização de poder e um foco em políticas distributivistas baseadas no uso de emendas orçamentárias como central, os últimos dois, em parceria, indicavam um cenário bem mais organizado e previsível, baseado na centralização de poderes interna no Congresso e na preponderância legislativa do Presidente da República. Para os primeiros, o Brasil sofria enorme dificuldade para ser governado, com o governo encontrando fortes barreiras em fazer avançar sua agenda dada a existência de múltiplos partidos fracamente disciplinados e um Congresso interessado, prioritariamente, na alocação de recursos orçamentários, gerando irresponsabilidade fiscal. Por outro lado, para Figueiredo e Limongi, os partidos eram disciplinados, seguiam as orientações do governo e votavam de forma previsível, assegurando a governabilidade, apresentando dados inovadores então sobre sucesso e dominação legislativa do Poder Executivo para embasar suas afirmações.

A divergência inicial se expandiu para uma rica literatura que contou com aportes significativos de inúmeras pesquisadoras e pesquisadores, como Fabiano Santos, Otávio Amorim Neto, Carlos Pereira, Fátima Anastasia, Magna Inácio, dentre outros. O foco era explicar o funcionamento do dito presidencialismo de coalizão, termo cunhado por Sérgio Abranches em 1988 para descrever a necessidade de formação de coalizões no Congresso para permitir que o governo avance sua agenda no presidencialismo multipartidário brasileiro. Essa literatura gerou impressionante acúmulo de conhecimento, se expandiu para explicar o legislativo subnacional no país e influenciou o debate comparativo sobre estudos legislativos, principalmente na América Latina.

Outras gerações se somaram à acima, expandido o debate para distintos aspectos do funcionamento do processo legislativo brasileiro.

Conforme dito, ainda na UnB, fui introduzido a esse debate e entrei em Pittsburgh para ser orientado por Barry Ames, ator chave dessa linha de pesquisa. Meus primeiros estudos no tema enfocaram em algo que me parecia central ao debate, o papel das emendas orçamentárias na atuação dos parlamentares. A ênfase era na sobrevivência política dos(as) Deputados(as) Federais testando como o empenho de emendas nos redutos eleitorais dos deputados afetavam suas chances de reeleição. Em pesquisa publicada em 2001, ao lado de Carlos Pereira, colega com quem desenvolvi diversos estudos sobre a temática, apresentamos evidências que as emendas orçamentárias tinham forte impacto eleitoral, confirmando estudos anteriores de Barry Ames. Argumentamos que eleitores usavam uma lógica local para premiar e punir seus representantes eleitos, ao invés de atentar para sua atuação em âmbito nacional. Emendas eram mais importantes que a aprovação de legislação ou a atuação dentro da casa para o sucesso eleitoral do parlamentar.

Foram vários os estudos publicados sobre o papel das emendas, replicando e atualizando a base de dados e explorando questões diversas. Destaco estudo publicado como capítulo de livro, em coautoria com Carlos Pereira e Barry Ames, onde analisamos dados de opinião pública sobre o interesse declarado do eleitor por uma atuação voltada para a localidade do parlamentar e o uso correspondente do congressista pela alocação de emendas, evidenciando a conexão eleitoral clara baseada no orçamento. Também é interessante apontar que em pesquisa com Carlos Pereira e Frederico Bertholini apresentamos evidências do impacto local das emendas orçamentárias na melhoria de indicadores de desenvolvimento humano nos municípios, este publicado no periódico Governance e, em uma versão anterior, laureado no Prêmio Tesouro Nacional de 2013 (<https://premios.tesouro.gov.br/stn2013/>), com trabalho intitulado “Gastos públicos, emendas orçamentárias do Legislativo e inclusão dissipativa nos municípios brasileiros: 1998 a 2010.”

Eventualmente, a discussão sobre legislativo me levou a explorar outros temas, principalmente sobre a gestão da coalizão e seus impactos em resultados que expressam a dinâmica da relação entre Poderes Executivo e Legislativo. Com Carlos Pereira e Timothy Power, colegas importantes em despertar meu interesse pelo estudo de instituições, publicamos artigo no Journal of Politics sobre as escolhas do Presidente

acerca do uso de medidas provisórias e como isso era afetado pelas características da coalizão no Congresso. Encontramos que o Executivo usava medidas provisórias não apenas em momentos de discordância e conflito com o Congresso, mas também quando a relação não era conflitiva, indicando delegação e não usurpação dos poderes do parlamento a depender de como a coalizão de governo era construída, seu tamanho em número de acentos, e gerida, indicada pela proporcionalidade da distribuição de posições no gabinete em relação ao tamanho do partido no Congresso Nacional.

Na mesma linha, explorei as dimensões do conflito legislativo. Com Taeko Hiroi desenvolvemos estudos sobre a duração do processo legislativo e o uso de táticas de obstrução, para entender os custos não-financeiros do processo legislativo. Descobrimos que o processo legislativo brasileiro é um dos mais longos do mundo e que é fortemente influenciado pelo conflito intra-coalizão de governo. Ou seja, a gestão da coalizão de governo, novamente, é fundamental para assegurar tramitações mais rápidas e com menos obstrução. Naquele momento, o conflito inter-coalizes, entre oposição e governo, medido pela distância ideológica entre ambos, era também relevante, mas menos importante. É possível que, com a crescente polarização no Brasil, a segunda dimensão tenha ganhado mais intensidade.

Em todas essas pesquisas, construímos bases de dados inéditas no caso brasileiro e em grande medida, no mundo. Foi assim para o mapeamento da duração do processo legislativo, das votações sobre questões procedimentais que utilizamos para entender as táticas de obstrução, para as bases de dados sobre tipos de proposição legislativa de autoria do Poder Executivo e para os dados de emendas orçamentárias. O arsenal empírico teve cobertura temporal, principalmente, de 1995 até o início da década de 2010. Sinto que esse foi também um período de grande efervescência nos estudos legislativos, com significativa queda de produção posterior.

O período Dilma Rousseff me parece ter sido pouco estudado e agora, com iniciativas de análise da gestão Bolsonaro e Lula em seu terceiro mandato, há uma recuperação dessa trajetória, mas ainda sem a mesma intensidade de construção das bases de dados. Claramente há projetos interessantes, como o que foi conduzido pelo Cebrap até 2019 (<https://bancodedadoslegislativos.com.br/>) e agora continuado pelo Observatório de Estudos do Legislativo (<https://olb.org.br/>) que disponibilizam dados sobre produção legislativa.

Contudo, entendo que há ainda espaço para ampliação das bases de dados para outros temas afeitos ao estudo do Poder Legislativo e significativa ampliação de estudos e publicações. Principalmente por que esse período menos estudado coincide com intensas reformas institucionais no Congresso que ampliaram os poderes do Congresso e reduziram os mecanismos de controle da agenda legislativa pelo Executivo. O debate dos dias atuais sobre emendas orçamentárias é forte indicação dessa nova realidade. Assim, meu próximo projeto é de recuperação das discussões que não foram atualizadas, mas com um olhar para o efeito de mudanças institucionais nos ritos das medidas provisórias, emendas orçamentárias e vetos presidenciais nos resultados concretos do processo legislativo, como duração, obstrução, uso de emendas, vetos presidenciais e reversão de vetos, dominância e sucesso legislativo. Voltarei a isso posteriormente.

Durante o doutorado pude desenvolver conhecimentos tanto na área de instituições políticas quanto de comportamento político. Algo que surgiu como novo foi o interesse por comportamento eleitoral, principalmente sobre os determinantes das escolhas eleitorais. De certa forma, aquele interesse juvenil sobre a retomada das eleições no Brasil, uma jovem democracia com uma população entusiasmada pelo voto, voltou a me visitar. Além disso, casado com o interesse pelo Congresso, que também remetia ao acompanhamento com orgulho da Assembleia Constituinte eleita em 1986 e todas as dificuldades subsequentes da relação entre Poderes no Brasil. Seguia curioso por saber por que as pessoas se envolvem com a política, como fazem dela sua vocação e como são responsabilizadas pelo que fazem pelos eleitores.

Na tese de doutorado combinei os interesses por instituições e comportamento, fortemente influenciado pelo trabalho de Paul Sniderman, cujo argumento central é que o quadro institucional de um país afeta o uso de atalhos cognitivos pelo eleitorado no sentido de facilitar o processo de escolha em eleições. Regras eleitorais e do quadro partidário, que configuram o leque de escolhas (choice set) dos eleitores, são fundamentais para entender quais aspectos dos diferentes candidatos(as) serão mais reforçados ou enquadrados. Por exemplo, a identificação partidária é forte atalho cognitivo em situações quando partidos políticos tem reputações estabelecidas, identidades constituídas e forte visibilidade popular. Isso tende a ocorrer em sistemas políticos mais simples, com menos partidos e com apenas um candidato sendo eleito por circunscrição eleitoral. Assim, no caso americano, dado o sistema eleitoral majoritário e

o quadro bipartidário, que se enquadra em um contexto eleitoral mais simples, como argumenta Sniderman, partidos são um atalho cognitivo relevante, pois resumem diversas informações sobre cada candidatura. Atalhos informacionais tem uma função, portanto, de simplificar o processo de escolha ao consolidarem diversas informações em algumas poucas. Dessa forma, o eleitorado não precisa ter inúmeras informações detalhadas para fazer uma escolha esclarecida.

Essa é a ideia de atalho cognitivo, uma simplificação do sistema político para facilitar a escolha de candidatos nas eleições. São filtros que os eleitores aplicam para afunilar suas escolhas, enxugar seu leque de opções e gerar eficiência. São facilitadores de escolhas.

Contudo, há diversos tipos de atalhos informacionais. A literatura fala de atalhos partidários, atalhos de apoiadores (endorsers), geográficos, dentre outros. Assim, quais atalhos tem impacto varia de acordo com o contexto institucional. Inspirado por Sniderman, e uma série de outros autores que desenvolveram a discussão sobre atalhos cognitivos como Samuel Popkin, Arthur Lupia, Wendy Rahn, Diana Mutz, Richard Lau, David Redlawsk, James Kuklinski, John Zaller, Shanto Iyengar, apliquei o conceito de atalhos cognitivos para entender a escolha eleitoral nas eleições para deputado federal no Brasil, comparando dois contextos eleitorais distintos.

A inquietação principal surgiu da necessidade de entender como eleitores escolhem seus representantes para o poder legislativo, algo ainda pouco explorado na literatura tanto sobre estudos legislativos quando sobre comportamento eleitoral. Parti da ideia de que o contexto eleitoral brasileiro é complexo, envolvendo muitos partidos com reputações políticas frágeis, um sistema que estimula o personalismo e que permite a eleição de vários candidatos na mesma circunscrição eleitoral, sendo o número de candidatos extremamente elevado. Ou seja, o sistema proporcional de lista aberta e leis partidárias permissivas geram um ambiente complexo. Dessa forma, eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil se enquadram no que chamo de Contextos Eleitorais Complexos (CECs). Diferentemente do caso americano, que Sniderman classificou como simples – dois partidos, um representante eleito por distrito eleitoral, partidos fortes – o caso brasileiro é bem diferente. São múltiplos partidos fracos, infinitas candidaturas com distritos de alta magnitude – configurando um caso extremo de complexidade contextual. Como eleitores fazem escolhas em um cenário como esse? Quais estratégias usam para reduzir seu leque de opções (choice set)?

O desafio era testar hipóteses sobre o uso de diferentes atalhos cognitivos em um cenário político pulverizado, com muitos candidatos e partidos. Uma amostra nacional simplesmente obscureceria a escolha em cada candidato para Deputado Federal, dada a enorme variação de respostas com baixa frequência de respostas. Ademais, como permitir a variação no contexto eleitoral, que é, de certa forma, constante dado o quadro institucional?

A solução foi inspirada pela lógica da pesquisa comparada subnacional. Para permitir a variação no contexto eleitoral e para que as taxas de resposta do voto para deputado federal permitissem quantidade suficiente de adesão a cada candidatura, optamos por escolher duas cidades brasileiras que fossem suficientemente parecidas em termos socioeconômicos e populacionais, mas diferentes no que tange as características de seus contextos políticos. Ao lado de Barry Ames e Andy Baker, cooperamos para realizar estudo ambicioso no Brasil: realizamos um estudo de painel eleitoral comparativo em duas cidades de regiões distintas do país, coletando mais de 16.000 entrevistas em 2002 e 2004. Usando uma estratégia de “most similar systems”, para usar jargão da metodologia comparada, escolhemos duas cidades parecidas em vários aspectos, mas diferentes no principal fator explicativo, o contexto político-eleitoral. Através do desenho de pesquisa, mantivemos constantes várias variáveis de controle e maximizamos a variação na principal variável explicativa.

A dimensão do painel, com entrevistas repetidas com o mesmo respondente era fundamental para analisarmos a volatilidade das preferências eleitorais durante o processo eleitoral em ambientes eleitorais distintos. Há configurações contextuais que tornam o voto mais estável? O debate sobre mudança de voto aposta muito nessa ideia: quando há partidos fortes e divisões ideológicas claras, o voto muda pouco. Sem dados de painel, não conseguimos avaliar os efeitos de curto e longo prazo na volatilidade eleitoral. Lembrando, efeitos de longo prazo referem-se aos fatores de estabilização do voto, que o determinam desde antes do próprio pleito eleitoral. Isso inclui principalmente identificação partidária e preferências ideológicas. Por outro lado, efeitos de curto prazo referem-se a fatores contingentes ao processo eleitoral em si, que variam de uma eleição para outra, como as características pessoais dos candidatos(as), os eventos de campanha, como a propaganda eleitoral e participação em debates, circunstâncias conjunturais imprevisíveis.

Cabe dizer que após a realização do painel eleitoral nas duas cidades brasileiras, passamos a realiza-lo nacionalmente a partir de 2010, com um grupo de pesquisadores que contribuíram financeiramente e intelectualmente para sua realização. Surgia aí o Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro que tem feito coletas de dados de painel nas eleições nacionais de 2010 a 2022, uma das maiores séries de bases de dados de painel no mundo.

Antes de realizar o trabalho de campo, fiz cursos de avaliação e desenho de questionários no Survey Research Institute da University of Michigan e de análise estatística de dados de painel e de desenhos complexos de survey no Inter-University Consortium for Political and Social Research, na mesma universidade. Os cursos de verão da Universidade de Michigan são talvez os mais tradicionais do seu tipo no mundo, tendo havido ampla expansão dessa modalidade de capacitação pelo mundo. Trata-se de uma excelente possibilidade de complementação da educação formal recebida nos programas de pós-graduação. Dessa forma, ampliei minha formação metodológica voltada para a análise de dados que iria coletar e analisar no período de elaboração da tese em cursos de verão de reconhecida reputação. Conseguia, assim, aliar experiência e prática na coleta e análise de dados de opinião pública e me especializei no desenho e avaliação de questionários.

Passamos o ano de 2002 em Juiz de Fora, Minas Gerais e Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, coordenando uma das maiores pesquisas de opinião pública do Brasil. Juiz de Fora em 2002 era uma cidade com forte presença de lideranças pessoais e partidos fracos, pouco enraizados, com um número grande de candidaturas e baixa divisão ideológica entre as ofertas eleitorais. Trata-se de um exemplo de contexto eleitoral complexo – onde atalhos cognitivos tradicionais, como o partidário e ideológico, não deveriam ter tanta influência. Já Caxias do Sul apresentava quadro com divisão partidária mais forte, presença significativa do Partido dos Trabalhadores, mas também de um Movimento Democrático Brasileiro que representava a direita, divisão ideológica no eleitorado e poucos candidatos. Indicava, assim, um contexto eleitoral mais simples, mais semelhante ao caso norte-americano, conforme descrito por Sniderman. Nesse cenário, os atalhos partidários e ideológicos deveriam surtir mais efeito.

Com essa variação definida, fomos a campo aplicar questionários a amostras representativas da população urbana. Estratificamos também por bairros, para entender como o ambiente do local de moradia, além de usar uma amostra de bola de neve com

debatedores políticos, para desvendar as redes de debatedores políticos, influenciavam o voto. Claramente nossa pesquisa era inspirada pelos trabalhos clássicos da escola sociológica de explicação eleitoral, a Escola de Columbia, representada pelo famoso livro *The People's Choice* de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet e posteriormente atualizada por Huckfeldt e Sprague em *Citizens, Politics, and Social Communication*. Ou seja, trouxemos para o debate sobre comportamento eleitoral no Brasil, muito influenciado pela Escola de Michigan, de caráter mais focado na psicologia política, a abordagem com ênfase nos processos de comunicação em redes sociais.

Algo muito importante em uma carreira acadêmica é a capacidade de obtenção de financiamento. Esse é elemento de destaque nos currículos e muito considerado em processos seletivos nos Estados Unidos e Europa. Por se tratar de um projeto muito ambicioso, jamais feito anteriormente, precisamos buscar amplo financiamento. A maior volume foi obtido do National Science Foundation, liderado por Barry Ames. Contudo, cabe destacar que obtive também as prestigiosas premiações para financiamento de teses de doutorado do National Science Foundation – Doctoral Dissertation Research Improvement Grant – e do Social Science Research Council – International Dissertation Research Fellowship. Assim, conseguimos fundos necessários para o projeto, permitindo a organização de um dos maiores bancos de dados de opinião pública sobre o eleitorado brasileiro.

Além da tese de doutorado e publicações subsequentes, principalmente como capítulos de livros organizados, os resultados da pesquisa conduzida principalmente em 2002, mas repetida em 2004 e 2006, foi publicada no livro *Persuasive Peers: Social Communication in Latin America*, em coautoria com Barry Ames e Andy Baker, vencedor do prêmio de melhor livro do ano da Political Networks Section da Associação Norte-Americana de Ciência Política (APSA).

Na tese de doutorado investiguei as informações que os eleitores brasileiros em contextos eleitorais distintos obtêm sobre seus candidatos a Deputado Federal e quais atalhos cognitivos utilizam para a decisão de voto. De fato, contextos mais simples facilitam a obtenção de mais informação sobre a eleição legislativa e indicam maior impacto do partidarismo e ideologia no voto. Um fator complicador é o elevado número de candidatos que o sistema eleitoral brasileiro permite. Nesse sentido, o eleitorado brasileiro, principalmente nos ambientes onde o contexto é mais complexo, aplicam mais filtros, além do partidário e ideológico, na realização de suas escolhas. A reputação

local do candidato, um filtro geográfico ou territorial, e outro baseado na profissão, na categoria do candidato, são também utilizados.

Por outro lado, no estudo mais amplo do voto para presidente que exploramos no livro *Persuasive Peers*, o enfoque foi em mais um elemento do meio-ambiente eleitoral, em que o eleitor está inserido: as redes de discussão pessoal dos eleitores. Investigamos como as características das redes, sua heterogeneidade e composição, afetam na probabilidade do eleitor de mudar de voto para presidente. Confirmamos que redes mais heterogêneas nas suas preferências manifestas de voto geram maior volatilidade eleitoral. As redes de debatedores foram constituídas com a inclusão no questionário de itens geradores de nomes (*name generators*), onde o entrevistado indica pessoas com quem conversa sobre política e nos passa algumas características básicas desse eleitor, como em quem vai votar e qual partido simpatiza. Posteriormente, entrevistamos também os debatedores políticos dos quais obtivemos contatos, como endereço ou telefone. Esse desenho de pesquisa segue fielmente a estratégia adotada por Huckfeldt e Sprague nos Estados Unidos.

Minha formação, iniciada na Universidade de Brasília e concluída na University of Pittsburgh, me propiciou treinamento teórico sólido em duas áreas centrais da Ciência Política, o estudo de instituições e de comportamento político, assim como forte base metodológica, principalmente dentro do paradigma quantitativo. Foi uma trajetória que me posicionou de forma competitiva para entrar no mercado de trabalho. E assim parti para buscar uma inserção profissional, inicialmente almejando a academia norte-americana. Assunto que trato na próxima sessão.

III. Experiência Profissional – Ensino, Pesquisa e Extensão

Entrar no mercado de trabalho norte-americano não é tarefa fácil. Já a partir do último ano do doutorado, estudantes de universidades americanas iniciam o processo de candidatura às ofertas de emprego abertas. São inúmeras vagas, mas todas com muita competição. O prestígio da universidade de formação tem grande impacto na sorte das candidaturas. Para aqueles que vem de escolas menos tradicionais, como o meu caso, e que tem o inglês como segunda língua, o desafio é maior e exige currículo robusto. Trabalhei para isso com várias publicações ainda enquanto estudante de doutorado. As recusas foram muitas, mas obtive entrevistas de emprego, os famosos “job talks”, no Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) no México e no Center for Latin American Studies da University of Arizona, tendo recebido ofertas de ambos. Simultaneamente, foi contemplado com a bolsa de pós-doutorado da Rockefeller Foundation no Latin American and Caribbean Studies Center da State University of New York em Stony Brook.

Optei por ficar nos Estados Unidos, aceitando a proposta da University of Arizona desde que me liberassem no primeiro ano para fazer o pós-doutorado em Nova Iorque. Minha bolsa de pós-doutorado enfocava a discussão sobre desigualdade na distribuição de informação política no Brasil. O programa contava com bolsistas de diversos países e disciplinas. Cabe aqui destacar que tanto em Nova Iorque quanto no Arizona, atuei em centros de estudos latino-americanos, de caráter interdisciplinar, que recebem a categorização geral de “area studies”. O contato entre disciplinas é muito interessante para ampliação dos campos teóricos e metodológicos em que se atua, permitindo a incorporação de novas ideias à tradicional formação disciplinar. Contudo, além disso, é uma porta de entrada para a exploração mais detalhadas de outros países e casos, principalmente na região que é o foco territorial do programa. Assim, além de interdisciplinar, a dimensão comparativa é bastante presente nos centros de “area studies”.

Cabe dizer que, uma vez que decido regressar ao Brasil, também atuo inicialmente no Centro de Estudos e Pesquisas sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília, onde sou aprovado em concurso para professor adjunto em 2006. Similarmente, em 2009 obtenho bolsa da Fundação Humboldt na Alemanha para realizar pós-doutorado no German Institute for Global and Area Studies (GIGA) em Hamburgo e, por último, atuo como Professor Visitante na Cátedra Sérgio Buarque de

Holanda no Latin America Institut da Freie Universitat de Berlin. Todos inseridos dentro da lógica de “area studies”. Assim, muito da minha trajetória profissional se desenvolve em centros interdisciplinares com foco na América Latina, que vejo como importantes portais para a atuação internacional de pesquisadores(as) do sul Global e canais centrais, portanto, de processos de internacionalização.

Outro aspecto da minha trajetória nos Estados Unidos importante para minha formação como profissional foi ter podido atuar no exterior em diversas posições: discente de pós-graduação, tendo competido por empregos no mercado de trabalho, bolsista de pós-doutorado e docente concursado em uma universidade americana. Essas experiências diversas permitiram ter uma visão mais completa da academia nos Estados Unidos e em três instituições distintas, de diferentes regiões daquele país. A experiência institucional variada contribuiu também para a minha posterior atuação em cargos de gestão no Brasil.

O pós-doutorado em Nova Iorque permitiu também interagir com uma comunidade acadêmica extremamente rica, composta por inúmeras universidades e incontáveis eventos acadêmicos. Dessa forma, pude estabelecer contatos, em particular, na City University of New York, que mantive até hoje quando voltei para missões de trabalho em 2020 e 2024 através do Programa de Internacionalização (PrInt) da Capes.

O período em SUNY Stony Brook resultou em algumas publicações sobre o acesso desigual a informações políticas, usando ainda os dados das pesquisas realizadas no doutorado. Esses estudos foram muito influenciados pelos trabalhos de Michael X. Delli Carpini e Scott Keeter, em particular o livro *What Americans Know about Politics and Why it Matters*, que traziam para a discussão sobre comportamento político os potenciais impactos negativos da desigualdade informacional no eleitorado. Segundo esses autores, o acesso à informação política, seja ela estrutural, acerca do conhecimento sobre aspectos mais duradouros do arcabouço institucional de um país, seja mais conjuntural, sobre os atores e temas em discussão no presente, é um recurso de influência e participação política. A distribuição desigual de informação, com base em outras manifestações da desigualdade, gera acúmulos de exclusão de setores populacionais já em situação de maior vulnerabilidade, aprofundando processos de exclusão política. Assim, desigualdades de renda, escolaridade, riqueza, acesso e informacionais se acumulam em dinâmicas perversas que sistematicamente afetam as ditas minorias: mulheres, negros, pobres.

No caso brasileiro, a pesquisa de doutorado resultou na publicação de dois artigos, “Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002” no periódico Dados e “Os militantes são mais informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002” na Opinião Publica. Os dois trabalhos enfocam dimensões distintas da desigualdade informacional no país, indicando que há um forte “gap” informacional entre homens e mulheres e entre ativistas e não-ativistas no país. Ambos os achados coadunam com evidências encontradas em diversos outros casos. Estes foram depois resumidos no capítulo de livro "Inequalities of Political Information and Participation: The Case of the 2002 Brazilian Elections" publicado no Indelible Inequalities in Latin America: Insights from History, Politics, and Culture, organizado por Paul Gootenberg e Luis Reygadas como resultado do projeto da Fundação Rockefeller na SUNY Stony Brook.

Concluído o pós-doutorado, me juntei ao corpo docente do Center for Latin American Studies da University of Arizona, como professor assistente, “tenure track”, como são denominados os cargos iniciais de professores concursados para cargos permanentes em universidades americanas. A proximidade da Universidade do Arizona com o México estimulou um olhar mais comparativo, que se refletiu tanto nas disciplinas ministradas, quanto em publicações.

Com uma perspectiva comparada internacional, em parceria com o Anthony Spanakos, publicamos o artigo “Speak Clearly and Carry a Big Stock of Dollar Reserves: Sovereign Risk, Ideology, and Presidential Elections in Argentina, Brazil, Mexico, and Venezuela” na *Comparative Political Studies*, onde usamos métodos mistos para avaliar o impacto de indicadores econômicos do mercado financeiro em eleições. Este projeto dava sequência a estudos anteriores enfocando o caso brasileiro publicados na Dados, “Macroeconomia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto para Presidente: As Eleições Brasileiras de 1994, 1998 e 2002” e no Latin American Politics and Society, “Elections and Economic Turbulence in Brazil: Candidates, Voters and Investors.” Essa agenda de pesquisa indicava uma correlação mútua entre intenções de voto e indicadores do mercado financeiro no Brasil, mas principalmente a sensibilidade do segundo ao desenrolar do processo eleitoral. Dessa forma, expandimos uma agenda inicialmente desenhada para o caso brasileiro para um cenário comparativo na América Latina.

Contudo, o mais marcante do curto período vivido na Universidade do Arizona foi a oferta das primeiras disciplinas que criei e ministrei enquanto professor concursado. O processo de elaboração de um programa de uma disciplina é uma oportunidade rara de consolidação de conhecimentos. Nesse sentido, minha experiência no pós-doutorado, que ampliou o leque temático que havia trabalhado no doutorado, foi fundamental para a escolha das disciplinas que ministrei. A primeira era sobre desigualdade na América Latina, quando explorei o conceito de acúmulo de desigualdades, sua propagação e autoafirmação (self inforcement), influenciando inúmeros aspectos da vida cotidiana, de escolaridade e renda a questões de saúde pública, informação e participação política, de modo cumulativo. O aspecto comparativo, englobando leituras de diferentes países, ficou evidenciado no programa proposto. Assim, expressou-se claramente o caráter interdisciplinar e comparado que marca um centro de “estudos de área.”

Uma segunda disciplina foi sobre formas de participação política na América Latina, enfocando comportamento eleitoral, por um lado, e mecanismos de democracia direta, com ênfase no engajamento cidadão nos processos decisórios, sendo o estudo do orçamento participativo bastante destacado. Novamente, a literatura sobre casos latino-americanos foi explorada, principalmente o caso mexicano na discussão sobre estudos eleitorais. Ao lado do Brasil, talvez as eleições mexicanas e as escolhas eleitorais dos mexicanos sejam as mais analisadas pela literatura específica. Em particular, os estudos sobre o efeito eleitoral da cobertura jornalística e dos meios de comunicação no voto foram muito desenvolvidos enfocando o caso do México. Ao mesmo tempo, a ocorrência da eleição mexicana de 2006, com uma vitória apertada de Felipe Calderon sobre Andrés Manuel López Obrador, com menos de 1% dos votos de diferença e amplamente judicializada, e das eleições brasileiras daquele mesmo ano permitia o acompanhamento cotidiano da cobertura das eleições concomitantemente às leituras realizadas.

Um aspecto do ensino, que sempre incorporei em minhas disciplinas sobre comportamento eleitoral, que voltei a lecionar oportunamente na Universidade de Brasília e na Freie Universitat, é tentar aplicar os conceitos teóricos que explicam as escolhas eleitorais a eleições que estejam ocorrendo no período da disciplina. A versão mais atual desse programa trata das explicações clássicas do voto, sejam elas influenciadas por abordagens da psicologia, sociologia ou economia, à luz das eleições que estejam ocorrendo na América Latina naquele momento. Dessa forma passa-se a

destacar aspectos comparativos da aplicação teórica de conceitos que se imaginam universalistas. Fica claro que estes necessitam de adaptação contextual para cada pleito eleitoral, condicionando assim a explicação mais universal à realidade concreta e aos fatos históricos. Em uma eleição, a avaliação retrospectiva do voto pode ser o fator determinante, em outra, as preferências ideológicas, dependendo assim da realidade conjuntural de cada pleito e do contexto institucional e histórico de cada caso. Dessa forma, ter o conhecimento do caso específico passa a ser fundamental para o entendimento do processo, à luz das explicações mais universalistas vigentes. Universalidade e particularidade se combinam para o melhor entendimento de certa realidade eleitoral.

Recentemente lecionei essa disciplina de maneira remota no Institute for International and Area Studies da Tsinghua University, sediada em Pequim, China e irei lecioná-lo presencialmente na Universidad de la República, em Montevideo, Uruguai. Em ambas, ao lado de discutir os preceitos teóricos que explicam o voto, analisamos detalhadamente as eleições ocorridas no ano em todos os países da América Latina, enfocando um caso por aula. Assim, além de aprender sobre variáveis e hipóteses, aprendemos também sobre os detalhes empíricos de casos concretos.

O primeiro aprendizado mais intenso sobre como dar aula e como planejar uma disciplina, obtido na Universidade do Arizona, claramente, me acompanhou em todas as experiências de ensino seguintes. Na Universidade de Brasília, já no Instituto de Ciência Política, destaco minha atuação como professor de técnicas de pesquisa na graduação. A disciplina introduzia estudantes à diferentes técnicas de pesquisa, dentro dos paradigmas quantitativos e qualitativos e enfocava muito na elaboração de um projeto de pesquisa, peça fundamental da trajetória de um(a) profissional em pesquisa. Também nessa disciplina, além de apresentar os detalhes técnicos das diferentes metodologias e desenhos de pesquisa, indicava leituras que os aplicassem a estudos empíricos, permitindo assim melhor exemplificar a aplicabilidade das metodologias a casos concretos. Entendo que isso facilita a visualização da utilidade empírica dos conceitos teóricos e métodos científicos.

Combinar ensino teórico com aplicação prática, fortemente embasado no envolvimento discente no processo de aprendizagem, apresentando pesquisas e levantamentos sobre casos concretos e com leituras de pesquisas sobre esses casos, amplia o interesse sobre a temática estudada, vinculando-a a fatos que se desdobram no

presente. Estimular a curiosidade por aprender algo que está ocorrendo no presente, munindo discentes dos instrumentos que os permitam analisar essa realidade, tem sido o caminho escolhido para minha prática docente.

No Arizona, foi igualmente importante vivenciar a experiência de ser docente em uma instituição de pesquisa. A Universidade do Arizona é uma das grandes universidades públicas de ensino e pesquisa nos Estados Unidos. Tem um corpo discente superior a 50 mil estudantes em mais de 150 cursos de graduação e 100 de doutorado. Realiza pesquisa de ponta em várias de seus institutos. Atuar como docente em uma universidade com esse perfil oferece inúmeras vantagens para o avanço na carreira, como apoio financeiro interno e o de servidores treinados e de alta qualidade que ajudam na elaboração de projetos de pesquisa para fins de obter financiamento externo. A carga didática é reduzida no início da carreira, para permitir a dedicação à pesquisa e publicações. Ou seja, há enorme apoio institucional para o desenvolvimento da carreira individual, entendendo que essa estratégia gerará resultados institucionais positivos.

Não obstante, há momentos na vida que escolhas pessoais se impõem às profissionais. Por questões dessa natureza, decidi regressar ao Brasil.

Em 2006 passei em concurso público para professor adjunto na seleção do Ceppac e do Instituto de Ciência Política (Ipol), tendo ficado em segundo lugar no último. Uma vez que a vaga no Ceppac se iniciava antes e tendo já um vínculo com o Centro como pesquisador visitante desde maio daquele ano, optei por iniciar minha trajetória na UnB lotado naquele centro. Fiquei no Ceppac até 2010, quando após regressar de período de pós-doutorado no GIGA em Hamburgo, migrei para o Ipol. No Ceppac, dei continuidade a uma trajetória internacional de vinculação a centros interdisciplinares de estudos de área, já vividos no Arizona e Nova Iorque. Pude também aprofundar o caráter comparado dos meus estudos, principalmente na coleta de dados comparativos de opinião pública.

No regresso ao Brasil, passei a coordenar o Barômetro das Américas no país, rede de pesquisas internacionais com foco nas Américas, sediado inicialmente na University of Pittsburgh e posteriormente na Vanderbilt University, em Nashville. O Barômetro das Américas é uma criação do Prof. Mitchel Seligson, liderança nas pesquisas da área. Também no Ceppac, coordenado pelo Prof. Henrique Castro, realizávamos a coleta do

World Values Survey. Assim, duas das principais redes internacionais de dados de opinião pública, com foco nas discussões sobre atitudes e valores políticos, o que antes se denominava cultura política, estavam sediados na UnB.

Essas redes de pesquisa propiciaram, ao lado do Latinobarômetro, uma profusão de bases de dados comparados de opinião pública exponencialmente aumentando a produção e acúmulo de conhecimento sobre inúmeros temas associados. A coordenação do Barômetro das Américas permitia também a inclusão de itens específicos de cada país no questionário, que era concluído sempre em uma conferência geral que reunia todas as equipes nacionais. Esses encontros finalizavam o questionário geral, que tinha um conjunto grande de itens fixos, mas permitia que alguma ideia nova, oriunda das equipes nacionais, pudesse ser inserida no questionário geral ou nos questionários específicos de outro país. Dessa maneira, o questionário geral do Barômetro das Américas tinha um enorme grau de transparência na sua formulação e de abertura para a inclusão de sugestões, principalmente no diálogo entre as coordenações de cada país para inserção de itens específicos, que eram negociados.

A coordenação de projeto tão amplo, de caráter comparativo e internacional, foi enormemente facilitada pelas experiências anteriores durante o doutorado na University of Pittsburgh e na graduação e mestrado na UnB, quando tive inúmeras experiências em vários papéis associados à coleta de dados de opinião pública. De entrevistador a coordenador geral, já fiz tudo que se pode fazer em um survey. Pude aproveitar o período doutoral para aprimorar meu treinamento na coleta de análise de dados, e coloquei em prática os conhecimentos adquiridos para atuar na condução de importantes bases de dados com amostras nacionais da população brasileira.

Em 2010, ao lado de um conjunto de colegas interessados em opinião pública no Brasil – Barry Ames, Amy Erica Smith, David Samuels, Cesar Zucco, Fabiana Machado – e utilizando o Barômetro das Américas como primeira rodada, com o apoio de Mitch Seligson, realizamos o primeiro Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro (EPEB) com uma amostra nacional. O estudo de painel eleitoral surge da experiência com o trabalho de doutorado, em que foi realizado o painel eleitoral das duas cidades brasileiras. Mas expande para análise de amostras nacionais. O EPEB volta a ser realizado em 2014, com a mesma equipe, e em 2018 e 2022 como parte do projeto a Cara da Democracia do INCT Instituto da Democracia, coordenado por Leonardo Avritzer. Assim, são quatro

eleições gerais no Brasil para as quais foram coletados e estão publicados dados de painel, raros na disciplina.

Os dados públicos do EPEB estão disponíveis em <https://publications.iadb.org/en/brazilian-electoral-panel-studies-beps>, <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/HK213D> e <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>. Já os dados dos estudos de painel das duas cidades brasileiras podem ser acessados em:

<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/XSCFX5>.

Ou seja, a divulgação pública das bases de dados é outro serviço prestado pelas pesquisas desenvolvidas, permitindo que os dados sejam usados por outros projetos e publicações. O número de publicações da comunidade científica usando esses dados é significativo. Além disso, serviram de base para diversas das minhas próprias publicações, principalmente no formato de artigos em periódicos com revisão de pares, mas também sintetizados, no caso do estudo das duas cidades, no livro *Persuasive Peers: Social Communication in Latin America*, em parceria com Barry Ames e Andy Baker. A disponibilidade de dados facilmente acessíveis hoje é importante contribuição de cada pesquisador para a coletividade.

Através dessas pesquisas, ampliei minha inserção no estudo sobre comportamento eleitoral. Passei a analisar, desde as eleições de 2002, dados de opinião pública sobre as eleições brasileiras, tentando identificar, em cada, seu fator determinante. Novamente, utilizei a ideia de que o impacto de explicações universalistas sobre o voto é condicionada pela conjuntura de cada pleito. Algo semelhante ao que Noam Lupu, Virginia Oliveiros e Schiumerini argumentam no livro organizado *Campaigns and Voters in Developing Democracies: Argentina in Comparative Perspective*.

No caso brasileiro, em 2002 a ênfase foi maior nas eleições para deputado federal e na aquisição de informações pelo eleitorado. Mas, a partir de 2006, passei a analisar o voto para Presidente da República, usando naquela eleição os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), outra importante base de dados coletada sob a liderança de Rachel Meneguello no Centro de Estudos de Opinião pública (CESOP) da Universidade de Campinas (Unicamp). Usei também, eventualmente, o Barômetro das Américas para realizar algumas análises, embora não seja a base mais indicada para estudos eleitorais por que é coletada antes da ocorrência das eleições, permitindo apenas análises de intenção de voto e não de voto declarado. O ESEB e o EPEB são as únicas bases

brasileiras que coletam dados após o pleito, permitindo explorar os determinantes do voto declarado.

Em 2006, a ênfase dos estudos foi no efeito eleitoral do Bolsa Família (BF), em um dos primeiros estudos que detectou com dados individuais o aumento de probabilidade do voto em Lula da Silva pelos beneficiários do BF. Também explorei o impacto eleitoral dos escândalos de corrupção, algo que faria em inúmeros trabalhos tanto sobre voto para presidente, quanto nos padrões de carreira e de estratégia eleitoral de Deputados Federais. As publicações, tanto sobre corrupção e eleições, quanto sobre o Bolsa Família passaram a ser rotineiras na minha trajetória e temas para os quais contribuí frequentemente. Ambos surgem como objetos de pesquisa por que se impõem como assuntos fundamentais para o entendimento de eleições no país. Ou seja, fica claro que utilizar apenas as grandes teorias, sobre partidarismo, sobre ideologia, sobre características das redes de discussão política, sobre voto econômico retrospectiva, que surgem das escolas norte-americanas de estudo do comportamento eleitoral, não dão conta de explicar as complexas realidades locais. Obviamente, propiciam arcabouço teórico e metodológico importantes, mas precisam considerar as especificidades de cada contexto eleitoral.

Em 2006, apesar de haver certa punição ao PT pelos escândalos de corrupção, com alguns eleitores fieis do passado desertando o partido, o efeito positivo das políticas sociais do governo foi bem mais influente. Dessa maneira, o advento do Lulismo é consequência do desempenho do governo, e não um alinhamento ideológico a Lula. Essas pesquisas, em grande medida, foram desenvolvidas com jovens pesquisadores(as), que cursaram disciplina que ministrei sobre eleições e participação política enquanto professor de mestrado. Surgiram da coautoria com estudantes, como parte de tarefas da disciplina.

Em 2010, o âmago do processo eleitoral segue sendo associado aos ganhos sociais e econômicos obtidos no período de gestão Lula da Silva. Assim, em 2010, a avaliação retrospectiva da economia, do desempenho do segundo governo Lula, e a explícita mobilidade social intra e inter-generacional foram elementos centrais para explicar o sucesso eleitoral de Dilma Rousseff, sucessora de Lula. Contudo, em 2010, há já uma indicação do que estaria por vir, o tema político do aborto surge como importante, impondo importante recuo a Dilma e também José Serra, uma vez que Marina Silva aparece muito fortemente mais por ser evangélica e contra o aborto do que por ser

ambientalista. Artigos com Vitor Peixoto sobre mobilidade eleitoral, usando o ESEB, e com Barry Ames sobre ambivalência eleitoral em 2010, mostrando o efeito de posições sobre temas políticos na flutuação de voto entre candidatos durante o processo eleitoral, usando o Estudo de Painel Eleitoral de 2010 expressam as ideias acima.

As eleições de 2014, por sua vez, acentuam as diferenças do voto entre ricos e pobres e entre regiões no país. Embora menos estudada, talvez, que outras eleições, fica claro que o Brasil se divide mais profundamente entre eleitores que vem de regiões mais pobres e de regiões mais ricas. A crise econômica que começa a dar sinais em 2013, com grande insatisfação popular se expandido pelos grandes centros do país na forma de protestos violentos, os primeiros em décadas no país, provavelmente afetou o desempenho eleitoral de Dilma, que vence a Marina Silva no primeiro, enquanto essa liderava as pesquisas e sofria fortes ataques de Dilma, e Aécio Neves no segundo turno, pela menor margem de diferença até então, que por sua vez consegue superar a própria Marina nos últimos dias do primeiro turno.

Nas eleições de 2014, ao lado de André Bello e Ryan Lloyd, analisamos o efeito dos debates eleitorais, que foram fundamentais para a derrocada de Marina Silva, muito pela atuação marcante e contundente de Dilma Rousseff, que a atacou veementemente. Vale recordar que Marina liderou as pesquisas após a trágica morte do cabeça de sua chapa, Eduardo Campos, durante boa parte da campanha. Sofreu fortes ataques de Dilma Rousseff e foi perdendo sua liderança durante o processo, ficando, inclusive, e de forma surpreendente, fora do segundo turno. Assim, por que o EPEB de 2014 trazia um desenho específico, que permitia avaliar cada debate, uma vez que o calendário de aplicação dos questionários seguia a ocorrência de eventos de campanha, principalmente os debates, o desenho da pesquisa permitiu análise do impacto dos debates. Encontramos que os debates importam, principalmente aqueles mais próximos à data da eleição e considerando o fato de que muitos eleitores brasileiros tem frágeis compromissos de longo prazo com as distintas candidaturas. O artigo foi publicado na *Public Opinion Quarterly*, talvez um dos primeiros sobre o caso brasileiro naquele periódico.

Cabe ressaltar que já se sente em 2014 a animosidade crescente contra o Partido dos Trabalhadores (PT), que se consolida na ideia de antipetismo colocada por diversos interpretes da ciência política, como David Samuels, Cesar Zucco, Yan Carreirão, André Borges, dentre outros.

Em 2018, após anos extremamente tumultuados de crise econômica e política, que tiveram no impeachment de Dilma Rousseff seu ápice, o país deparasse com uma nova situação. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Aécio Neves, agora defenestrado da política, adentra o processo eleitoral extremamente fragilizado, o mesmo ocorrendo com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Presidente Michel Temer, que exclusivamente lutou para se manter no cargo em seu último ano. Ambos foram abatidos pelo escândalo da JBS, que surge de investigações da Operação Lava-Jato em seu braço na Procuradoria Geral da República sob liderança de Rodrigo Janot. O campo da direita se abria para um forasteiro (outsider), como outrora com Collor de Melo, dado o desgaste das forças tradicionais, ambas envolvidas em corrupção e com projetos fracassados de recuperação econômica no governo Temer.

Por outro lado, a Lava Jato, em seu momento de maior visibilidade e força política, havia condenado e prendido o ex-Presidente Lula da Silva. Este foi mantido candidato a Presidente da República pelo PT até o último momento, mesmo que concorrendo desde atrás das grades. Após ser impossibilitado de concorrer por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, Lula é substituído por seu candidato a vice-presidente, Fernando Haddad, há um mês da eleição.

Nesse vazio político, emerge Jair Bolsonaro, que se transformaria no principal porta-voz e catalizador da extrema direita no Brasil. Bolsonaro vence as eleições de 2018 no Brasil com bastante conforto e ampla margem em relação a Haddad, que apresentou recuperação insuficiente na reta final do segundo turno. Em meu texto “The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections”, publicado no Latin American Politics and Society, analiso o resultado das eleições de 2018 usando dados do Estudo de Painele Eleitoral Brasileiro de 2018, coletado através do projeto a Cara da Democracia. Evidencio, com dados inéditos e ampla bateria de perguntas sobre temas políticos (political issues), que havia enorme convergência dos posicionamentos do eleitorado sobre questões como aborto, criminalidade, casamento entre pessoas do mesmo sexo, com a agenda do candidato Bolsonaro e com a probabilidade de votar nele.

Trabalhei o conceito de bolsonarismo para indicar esse novo alinhamento eleitoral no Brasil, baseado em preferências sobre temas políticos que dividem a população brasileira e principalmente voltados para uma reação cultural, nos moldes definidos por Pippa Norris e Ronald Inglehart para pensar o caso europeu e norte-americano. Ao

longo dos últimos anos, dediquei minha agenda de pesquisa para mapear as características e consequências do bolsonarismo no Brasil, estudando sua estabilidade e consistência ao longo dos anos e coerência interna, baseada em temas políticos e delineando uma nova agenda ideológica no país, provavelmente existente, mas dormente antes de Bolsonaro. Bolsonaro legitima e dá materialidade a um conjunto de posições políticas em sintonia com a direita radical no mundo. Não há dúvidas que o bolsonarismo se impõe como fenômeno central para entendimento da disputa política e eleitoral brasileira atual e é algo nunca visto antes na história recente do país, dada sua amplitude temática e cobertura nacional. Outros líderes radicais de direita no Brasil, como Paulo Maluf ou Carlos Lacerda não atingiram patamar semelhante.

Em 2022 publiquei artigo na revista Estudos Avançados onde destaco que um caráter importante daquele pleito foram as ameaças à democracia oriundas do campo bolsonarista. A retórica antidemocrática de Bolsonaro teve significativa repercussão durante o ano, com reiteradas ameaças de descumprimento das regras eleitorais, através do questionamento da legitimidade do processo de contagem de votos no Brasil. O bolsonarismo, por sua vez, mantinha sua consistência temporal e consistência interna desde 2018, indicando que chegaria ao dia da eleição, o artigo foi escrito em setembro daquele ano, com bastante força.

Em trabalhos ainda submetidos para publicação, aponto que uma dimensão interessante das eleições de 2022 foi justamente a mobilização eleitoral do discurso em defesa da democracia e a crítica à atuação do governo no período do Pandemia de Covid-19. Nenhum desses fatores emergiu como explicação do voto antes, mas não podem ser ignorados no pleito específico, indicando novamente como atenção ao contexto das eleições. Ademais, em outro artigo, estudei também como a tentativa de “rebranding” do Bolsa Família, transfigurado em Auxílio Brasil, teve seu impacto eleitoral frustrado. Eleitores do Auxílio Brasil não tiveram maior probabilidade de votar em Jair Bolsonaro e eleitores que apoiam o Bolsa Família como uma política pública apoiaram Lula. Ou seja, a resiliência eleitoral do Bolsa Família segue favorecendo o PT, mesmo em um cenário extremo como o caso de sua substituição por outro programa de política pública em um governo adversário.

Como detalharei na parte final deste memorial, quando tratarei de estudos futuros, penso que é importante sintetizar os estudos sobre as eleições brasileiras de 2002 em diante, enfocando em cada pleito, mas tendo como pano de fundo o quadro geral das

mudanças valorativas da população brasileira e o perfil das posições sobre temas políticos, em um livro sobre o tema, que espero possa incluir dados de 2026. Mas antes, cabe destacar outra linha de pesquisa que marca minha trajetória profissional.

Em paralelo, e principalmente a partir do meu retorno ao Ipol como professor adjunto e posteriormente associado, também investi nos estudos sobre o Poder Legislativo no Brasil. Principalmente entre 2010 e 2018, desenvolvi três agendas simultaneamente, em distintas parcerias. Uma agenda de pesquisa importante na minha carreira foi a dos estudos sobre carreiras políticas, que iniciei ainda no doutorado em Pittsburgh, mas que se voltou mais adiante para os estudos sobre o impacto da corrupção no sucesso eleitoral de parlamentares publicado sob o título de “The Political Cost of Corruption: Scandals, Campaign Finance, and Reelection in the Brazilian Chamber of Deputies” no *Jornal of Politics in Latin America*. Também dentro dessa ótica inicial, expandi o estudo para focar nas emendas orçamentárias, analisando não só seu impacto em eleições, como fiz em diversas publicações iniciais da minha carreira, mas também seu efeito no fortalecimento de desenvolvimento humano no nível local, melhor retratada pela agenda publicada na *Governance* sob o título “Pork is policy: Dissipative inclusion at the local level.” Este estudo tratava as emendas como políticas públicas e propusemos avaliar seu impacto no aprimoramento do desenvolvimento humano municipal. Uma versão anterior desse trabalho, monografia intitulada “Gastos Públicos, Emendas Orçamentárias do Legislativo e Inclusão Dissipativa nos Municípios Brasileiros: 1998 a 2010”, que se embasou em enorme base de dados tendo os municípios como unidade de análise e mapeando todas as transferências orçamentárias através de emendas para cada município de 1998 a 2010, foi agraciada com o 2º Lugar no tema Economia do Setor Público do XVIII Prêmio Tesouro Nacional em 2013.

Nossos estudos sobre emendas demonstram que elas surtem efeito eleitoral, são importantes na negociação entre executivo e legislativo, e tem impacto local, afetando a vida de cidadãos e cidadãs nos municípios brasileiros.

Uma segunda agenda, desenvolvida com Taeko Hiroi, voltava-se para dentro do Poder Legislativo e analisava dimensões até então pouco exploradas do processo legislativo: obstrução e duração. Influenciados por um debate sobre “filibustering” nos Estados Unidos, que tinha em Sarah Binder, Eric Lawrence e Steven Smith alguns de seus principais estudiosos, coletamos ampla base de dados sobre a tramitação de

proposições legislativas no Congresso Nacional do Brasil mapeando todas as etapas e ações realizadas para banco de dados único, que computou o tempo de duração de cada etapa – comissões, plenário – em dias. Também mapeamos, em diálogo com trabalhos de Magna Inácio, as votações na Câmara sobre procedimentos, que visavam retardar o processo decisório com táticas obstrucionistas. Identificamos que o processo legislativo brasileiro é extremamente longo, quando as comparações permitem, e sensíveis à gestão da coalizão de governo e à dinâmica do conflito intra-coalizão. Dessa agenda de pesquisa resultaram publicações que listo: “Disentangling legislative duration in coalitional presidential systems” no *Journal of Legislative Studies*; “Meaning Of Time: Legislative Duration In The Brazilian Congress” no *Textos Para Discussão Cepal/Ipea*; e “Obstrucción y proceso decisorio en la Cámara de los Diputados: Brasil 1991-2010” na *América Latina Hoy*.

Por último, uma agenda ainda pouco explorada no Brasil diz respeito ao processo decisório interno no Poder Executivo sobre o desenho da estratégia de fazer avançar sua agenda legislativa. O Poder Executivo raramente é estudado desde a perspectiva dos estudos sobre relação Executivo/Legislativo. Normalmente a ênfase era interna ao Legislativo, com poucos estudos olhando para dentro do Executivo. Ao lado de alguns outros colegas, mas principalmente junto com Magna Inácio, voltamos nosso olhar para essa agenda, tentando mapear institucionalmente a estrutura do centro do poder no Executivo e olhando especialmente para a Presidência da República. Organizamos na Alacip o Grupo de Estudos do Executivo (GEE), o qual presidimos em seus anos iniciais, após termos sido também coordenadores do Grupo de Estudos do Legislativo (GEL).

A partir dessa experiência, publiquei dois artigos sobre as redes de coautoria de proposições legislativas do Poder Executivo, transformadas em norma jurídica. Os projetos de lei e outras proposições oriundas do Executivo recebem a ratificação dos ministros por elas responsáveis. Usando essa informação, construí bases de dados sobre as matrizes de coautoria entre ministros, a fim de avaliar quais ministros eram mais propositivos de peças legais, com quem assinavam conjuntamente os projetos e leis e de quais partidos eram. Publiquei dois estudos sobre o tema, inclusive um dos primeiros no *Presidential Studies Quarterly* sobre o caso brasileiro: “Opening the Black Box: Cabinet Authorship of Legislative Proposals in a Multiparty Presidential System” em coautoria com Sylvia Gaylord e outro com Stephan Wojcik, intitulado “The Changing Role of

Ministers in the Legislative Agenda in Brazil,” na Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos. Assim, olhávamos para como a agenda legislativa do Poder Executivo era construída internamente a este, quem participava da autoria de conteúdos das proposições legislativas. Encontramos significativa concentração de autoria nos ministros do partido do presidente e em alguns poucos ministérios, que chamamos de centrais no governo. Assim, não há muito espaço para que partidos mais distantes ideologicamente do presidente contribuam substantiva para a elaboração do conteúdo da agenda legislativa do governo. Ou seja, o governo faz poucas concessões de conteúdo das políticas públicas no presidencialismo de coalizão.

Por último, além da agenda de pesquisa e de ensino, cabe destacar o papel relevante que a extensão tem em minha trajetória. Foram muitas participações em atividades abertas à comunidade, em eventos que discutiam assuntos do dia-a-dia político do Brasil e do DF, que se configuram como contribuições para o debate público. Destaco, contudo, a atuação de caráter mais estrutural em dois projetos.

O primeiro, no início da minha carreira na UnB, foi a coordenação acadêmica do Politeia – Projeto de Simulação do Sistema Legislativo Brasileiro, projeto de extensão vinculado ao IPOL, que realiza simulações do funcionamento da Câmara de Deputados com estudantes da UnB e diversas universidades brasileiras. O Politeia, em parceria com a Câmara dos Deputados simula, nos espaços institucionais do Congresso Nacional, a atuação de parlamentares na formulação e proposição de peças legislativas. Tem também forte dimensão pedagógica, ao ofertar oficinas de treinamento dos estudantes sobre as diversas dimensões do processo legislativo.

Estive à frente do Projeto em 2008 e 2009, quando o número de participantes se expandia e se traçavam os passos para a cooperação institucional entre UnB e Câmara, hoje já bastante consolidada. O Politeia também oferece oficinas de treinamento e formação sobre processo legislativo e sobre diferentes dimensões da atuação profissional no âmbito da Câmara, como a cobertura e divulgação jornalística das atividades da casa e dos parlamentares. Assim, trata-se de processo que permite a seus participantes experimentar na prática os conhecimentos adquiridos formalmente no curso de ciência política e nas próprias atividades de formação do Politeia.

Um segundo projeto de extensão que passei a desenvolver a partir de 2021, em andamento até hoje, é Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal

(ObservaDF), www.observadf.unb.br. O ObservaDF é composto por pesquisadores de diversas Unidades Acadêmicas da UnB e sediado no Ipol, com o objetivo de ser um fórum de coleta de dados, análises e debates sobre as políticas públicas voltadas para a região. O foco territorial é o Distrito Federal e sua área de influência e o temático é amplo, englobando diversas políticas públicas. O projeto coleta dados primários de opinião pública para analisar as percepções populares sobre as políticas públicas no DF e a atuação do governo. Assim, um aspecto central do ObservaDF é avaliar também a qualidade dos serviços públicos prestados, do ponto de vista dos beneficiários – a população do DF. Temos realizados pesquisas de opinião pública com amostras representativas da população urbana da região e grupos focais para a coleta de dados qualitativos. Utiliza também dados secundários das mais diversas fontes.

O projeto oferece como produtos a publicação de relatórios de pesquisa de fácil acesso público, visando contribuir e pautar a agenda de discussão pública sobre a governança local, e atua fortemente em parceria com os meios de comunicação para ampla divulgação dos resultados dos estudos. Ademais, realiza um evento online mensal, uma live, que apresenta os resultados encontrados e os discute com o público. Por fim, todos os dados primários das pesquisas de opinião pública são disponibilizados publicamente, sem embargo, ampliando assim as fontes de dados para a comunidade de pesquisa do DF.

Como fica claro no nosso site, foram mais de 15 relatórios de pesquisa publicados, número parecido de lives, dezenas de participações em reportagens e entrevistas na imprensa local e nacional, e a publicação de um livro em 2024, que combina toda a produção anterior intitulado “ObservaDF: Desigualdades e Políticas Públicas no Distrito Federal”.

Um tema central do trabalho do ObservaDF é justamente avaliar as desigualdades internas no Distrito Federal e como estas afetam percepções sobre políticas públicas. Invariavelmente, as percepções sobre as ações governamentais e sobre o funcionamento dos serviços públicos são mais negativas à medida que a renda da população e a renda média da cidade onde se habita caem. A insatisfação com as diversas dimensões da atuação estatal através dos serviços que presta e das políticas que oferecem cresce para os setores economicamente mais vulneráveis. Ou seja, aqueles que mais precisam do Estado, são os que pior serviços recebem deste. O tema da desigualdade, que explorei

no pós-doc em Stony Brook e em disciplinas e publicações, emerge novamente como central nesse projeto com foco na política local do DF.

A motivação principal do ObservaDF veio, em grande medida, de experiência prévia em cargo de Presidente da Companhia de Planejamento (Codeplan) do Distrito Federal – uma empresa pública do Governo do Distrito Federal – entre 2015 e 2018. Na Codeplan, coletávamos dados e fazíamos análises sobre questões econômicas e sociais do DF e RIDE. Isso nos levou a olhar mais especificamente para a região do DF, abrindo nova agenda de pesquisa à qual se deu continuidade no ObservaDF. Assim, passo agora a tratar da minha atuação em cargos de gestão, dentro e fora da Universidade. Tal atuação merece destaque especial por que passei aproximadamente 10 anos atuando em diferentes instâncias, do governo local e da UnB, da administração pública.

IV. Cargos de Gestão – Promovendo Mudanças Institucionais

Desde 2014 venho exercendo, quase que ininterruptamente, cargos de gestão dentro e fora da Universidade de Brasília. Fui coordenador de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UnB em 2014, exerci a presidência da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), uma empresa pública que realiza pesquisas sociais, econômicas e de políticas públicas no DF de 2015 a 2018, diretor do Instituto de Ciência Política em 2020 e Pró-reitor (decano) de Pós-Graduação da Universidade de Brasília de 2021 a 2024. Antes, já havia assumido posições semelhantes no CEPPAC, logo da minha entrada na Universidade, quando fui também Vice-Diretor e coordenador de pós-graduação e Diretor. Ou seja, a atuação em cargos administrativos tem sido parte integral da minha carreira. Em todas essas funções atuei com o objetivo de mudar instituições para que se tornassem mais eficientes em atender as necessidades das pessoas que dela dependem e para maximizar a eficiência do gasto público, de forma transparente, a fim de proteger o erário.

Durante esse período, não deixei de ser cientista político e a literatura sobre mudança institucional, de certa forma, me orientava. Assim, acho interessante relacionar as experiências institucionais com uma breve digressão de caráter mais teórico que orientava meu olhar enquanto atuava como um agente público de transformação institucional.

O debate sobre mudança institucional, dentre a discussão sobre instituições políticas, é temática que sempre me interessou. Em coautoria com Jorge Gordin, financiados pelo International Development Research Center (IDRC), publicamos em 2017 o livro organizado *Institutional Innovation and the Steering of Conflicts in Latin America*. Nele trabalhamos a resiliência institucional de algumas regras na América Latina, como o sistema eleitoral brasileiro proporcional de lista aberta, em contraposição a inovações que foram introduzidas alterando algum quadro anterior, como políticas redistributivistas na Argentina ou o Bolsa Família no Brasil.

O livro avança em tentar discutir por que algumas instituições mudam e outras não, propondo que instituições fortes, definidas como consolidadas, aceitas e que apresentam mecanismos de resiliência, muito embasados na ação coordenada de atores internos e externos à burocracia, tendem a ser mais resistentes a mudanças, criando efeitos de “lock-in” e de dependência de trajetória. Por outro lado, instituições dita fracas, são as

mais propensas a permitirem inovações institucionais através do trabalho interno de ativistas dentro do Estado, e das oportunidades geradas para mudança institucional pelo quadro político. Instituições que não tem raízes profundas, que não são vistas como legítimas, que são pouco complexas e especializadas, que não tem uma burocracia comprometida, tornam-se mais maleáveis a mudanças pelos(as) engenheiros(as) institucionais. Ademais, para existir mudança, indivíduos precisam agir propositalmente e de forma coordenada para alterar a ordem institucional: requer trabalho institucional que pode ser de criação, manutenção ou disrupção de instituições, como nos aponta Lawrence e Suddaby. Requer também que novas ideias sejam inseridas no debate constituído e haja convencimento dos atores comprometidos com alguma política pública ou instituição no Estado de que a mudança é necessária.

Por outro lado, as instituições devem ser vistas como mecanismos de solução de conflitos criadas de maneira pactuada baseada em arranjos de cooperação e coalizão nos quais perduram também dilemas não-resolvidos, abrindo espaço para ajustes de curso ou mudanças radicais, a depender do grau de controvérsia existente. Assim, instituições trazem embutido a possibilidade de mudança, que pode ocorrer de diversas formas, a depender da ação humana e dos interesses constituídos (*vested interests*).

Assim, a(s) teoria(s) da mudança institucional inclui(em) abordagens tradicionais que enfatizam choques exógenos como estruturas de oportunidade para que mudanças ocorram e perspectivas mais recentes que destacam processos endógenos e graduais, liderado por agentes. A literatura considera vários tipos de mudança institucional e os papéis de diferentes tipos de agentes de mudança, muito detalhados por Mahonney e Thelen.

As fontes da mudança institucional podem ser exógenas, respondendo a junções críticas que profundamente alteram uma ordem específica, sendo seguida por alterações incrementais, em linha com a discussão que Ruth e David Collier propõem. Ou ainda, mudanças institucionais respondem a incentivos externos a ela, gerando alterações revolucionárias. As discussões sobre junções críticas, incrementalismo e dependência de trajetória exploram significativamente essa visão sobre evolução institucional.

Outras são de caráter endógeno, que dizem respeito a como novas ideias se infiltram em uma instituição, como atores trabalham para alterar ou manter a configuração institucional existente ou como atributos organizacionais da própria instituição geram

oportunidades para mudanças. A discussão, nesse caso, passa a ser sobre burocratas atuando como ativistas, com uma orientação voluntarista, onde questões como autoridade prática, reputação institucional e trabalho institucional são centrais. As referências aqui são Abers e Keck, Carpenter e, novamente, Lawrence e Suddaby.

Ademais, instituições apresentam também mecanismos claros de resiliência institucional. Assim, agentes dentro do estado, apoiados por comunidades associadas à política específica e de caráter epistêmico, podem também barrar mudanças, evitando que coalizões de advocacy, ou agentes de mudança dentro do Estado, introduzam alterações. Ou seja, instituições também se consolidam através de resistência a choques externos e ações coordenadas e intencionais internas de mudança em suas estruturas.

As chances de estabilidade se amplificam quando as instituições ou programas de políticas públicas aumentam também sua própria capacidade de apresentar soluções para problemas específicos. Instituições incrementam sua robustez quando seguem apresentando soluções vistas como desejáveis para problemas que se mantêm presentes. Nesse caso, adaptabilidade das instituições passa a ser central, pois indica sua robustez através de acrescida capacidade de seguir sendo vista como útil para uma comunidade que a defende.

Por sua vez, a reputação das instituições, de que nos fala Carpenter, é elemento central para entender sua consolidação e institucionalização. Ao construir legitimidade e ser vista pela comunidade de especialistas sobre o instrumento de políticas públicas (instrument constituency) ou pela comunidade epistêmica, a instituição se fortalece com uma nova reputação. Claro, essa reconstrução reputacional ocorre através da introdução de mudanças de atuação que passam a solucionar impasses do passado ou uma “policy tragedy”, quando instituição ou programa de política pública é incapaz de seguir apresentando soluções para um problema permanente. Assim, o próprio fracasso institucional anterior é um catalisador de mudanças subsequentes que passam pela reconstrução da reputação ou marca institucional de uma organização do Estado – o conceito de rebranding, empregado na literatura sobre marketing, se aplica bem a essa estratégia. Processos assim, abrem espaço para a mudança institucional que vem a se consolidar posteriormente se é efetiva na solução de problemas prementes e se consegue reestabelecer uma reputação positiva para aquela instituição.

Podemos argumentar que instituições, apesar de sua estabilidade inerente, são locais de contestação onde a mudança emerge da interação entre contexto político, características institucionais e ações de agentes de mudança. A interpretação de Mahoney e Thelen enfatiza a importância de entender as lacunas e ambiguidades nas regras e como os atores as exploram para provocar mudanças.

Mahoney e Thelen propõem quatro modos de mudança institucional gradual. O deslocamento (displacement) envolve a remoção de regras existentes e o estabelecimento de novas. O deslocamento é mais provável de ocorrer em contextos onde os defensores do status quo têm fracas possibilidades de veto. Por exemplo, uma derrubada revolucionária de um regime pode levar ao deslocamento de antigas instituições.

A estratificação (layering) envolve a introdução de novas regras sobre ou ao lado das existentes. A estratificação geralmente ocorre quando os questionadores das instituições não têm o poder de deslocar totalmente as instituições existentes, mas podem influenciar a política adicionando emendas ou revisões. Um exemplo seria a introdução de novos regulamentos ou agências que modificam as leis existentes sem anulá-las fundamentalmente.

Outro tipo de mudança pode ser traduzido como em deriva (drift). Isso acontece quando o impacto das regras existentes muda devido a mudanças no ambiente. As instituições podem entrar em deriva quando os atores negligenciam atualizá-las ou adaptá-las para manter sua relevância. Por exemplo, uma lei projetada para regular uma indústria específica pode se tornar ineficaz se essa indústria passar por uma mudança tecnológica significativa.

Finalmente a conversão (conversion) ocorre quando as regras permanecem formalmente as mesmas, mas são interpretadas e promulgadas de novas maneiras. Os atores exploram ambiguidades e lacunas nas regras para reutilizá-las para diferentes propósitos. Por exemplo, uma lei inicialmente destinada a um propósito pode ser reinterpretada e usada para atingir um objetivo diferente.

Mahoney e Thelen argumentam que problemas de conformidade são cruciais para entender a mudança gradual. Ambiguidades nas regras, práticas de execução variadas e interpretações em evolução abrem espaço para os atores remodelarem as instituições.

Nesse modelo, são quatro tipos de agentes de mudança com base em seu comprometimento com a preservação institucional e a adesão às regras. Os insurrecionais (insurrectionaries) visam deslocar instituições inteiramente e operar fora das regras existentes, muitas vezes recorrendo a táticas disruptivas. Os simbioses (symbiontes) buscam preservar as instituições, mas manipulam as regras para seu benefício. Eles podem ser parasitários, extraíndo renda às custas do propósito pretendido da instituição, ou mutualistas, contribuindo para a persistência da instituição enquanto se beneficiam. Os subversivos (subversives) trabalham dentro do sistema para minar gradualmente as instituições, introduzindo mudanças nas margens que eventualmente alteram a lógica central. Eles aderem às regras existentes enquanto sutilmente pressionam por mudanças. Os oportunistas (opportunists) exploram a ambiguidade institucional para seu ganho, alinhando-se com diferentes atores dependendo das circunstâncias. Eles podem ou não aderir às regras existentes, dependendo do que atende aos seus interesses.

O modo específico de mudança que se desenrola depende da interação entre fatores contextuais e características institucionais. Por exemplo, em contextos com fortes possibilidades de veto e baixa discricionariedade, a estratificação é uma estratégia mais provável para agentes de mudança, enquanto contextos com fracas possibilidades de veto e alta discricionariedade podem favorecer a conversão.

Para quem já leu sobre o tema, além Mahoney e Thelen, fica clara a influência de trabalhos como os de Pierson, Knight, Carpenter, Lawrence, Suddaby, Hall, Abers e Keck, Voß and Simons.

Mas o que isso tem a ver com a minha experiência em cargos de gestão? Posso dizer que, enquanto presidente da Codeplan e Decano de Pós-Graduação, colecionei diversas derrotas nas minhas tentativas de inovação institucional. Trabalhei sempre por dentro do sistema, como um subversivo, e ia aos poucos tentando alterar as instituições existentes de maneira estratificada, em camadas, introduzindo reformas que alteravam, de maneira cumulativa, a ordem estabelecida. Fiz isso como um ativista embutido, inserido no Estado, com uma agenda, visão que era compartilhada por uma comunidade de especialistas no tema (instrument constituency) que entendiam serem necessárias as mudanças, mas que encontravam significativas resistências às mudanças por conveniência ou insegurança por parte da burocracia. Tentativas de mudança

institucional, são, portanto, trabalhosas, tanto para criar, manter e perturbar (disrupt) o arcabouço institucional.

O elemento da resiliência institucional, o receio da imprevisibilidade causada pela mudança e a conveniência e conforto em se manter tudo como sempre foi, parece algo ainda pouco explorado na literatura, mas se mostra forte impeditivo para a mudança. Está associado, claro, a um mecanismo de estabilidade e resiliência, se associando a interpretações sobre a imobilidade institucional associada à ideia ampla de dependência de trajetória e de rendimentos decrescentes de mudanças (diminishing returns). Não basta que atores comprometidos com a mudança atuem de maneira voluntarista e dedicada, os entraves para a mudança dentro do Estado são enormes, até por que atores já inseridos não querem alterar sua carga de trabalho e conjunto de responsabilidades, com as quais estão habituados. Dessa forma, propor algo que altere o status quo, ainda mais quando esse está estabelecido há muito tempo, mesmo que gerando ineficiência, se depara com uma resistência natural da burocracia. Essa vivência remete ao trabalho publicado com Jorge Gordin sobre os efeitos perversos de instituições fortes, que com a entrada de novos atores no sistema, passam a ser questionadas, mas resistem a mudanças.

Elemento chave para entender a possibilidade de mudança institucional é o próprio desempenho da instituição. Instituições com reputações questionáveis e vistas como problemas, ao invés de serem solução para problemas, são mais propensas a sofrerem mudanças institucionais. Isso pode vir pela completa destruição da instituição, ou pela recomposição de sua reputação como forma de recuperação de sua funcionalidade, a tornando mais capaz de resolver os problemas a que se dedica, ao invés de se transformar em um problema. Na Codeplan, enfrentei situação que remete muito claramente a como lidar com uma instituição em vias de recuperação reputacional. Mas antes, é preciso falar de como alternância no poder afeta processos de mudança institucional.

Elemento também central do processo de mudança institucional, quando esse envolve a disrupção do quadro existente, é a alternância no poder promovida por processos eleitorais que resultam em circulação de elites nos cargos de gestão. Explorei essas possibilidades em trabalho com Tracy Beck-Fenwick, “Policy capacity: Explaining the surprising durability of CCTs in Brazil” publicado na *Global Social Policy*. Transcrevo abaixo as ideias centrais sobre como instituições são afetadas por

alternância no poder, uma vez que minha chegada a um cargo público no Governo do Distrito Federal só foi possível dada a circulação de elites promovida pelas eleições de 2014.

Momentos de alternância no poder são conjunturas críticas que podem promover mudanças institucionais. Portanto, as alternâncias no poder afetam as estratégias de atores burocráticos dentro do Estado que são reconhecidos na literatura como um fator importante que isola um programa de políticas de mudanças e flutuações políticas, gerando estabilidade em meio à mudança política (Zuwanic e Iacoviello 2010). A resiliência também é uma consequência da ação articulada de atores específicos defendendo seus próprios interesses institucionais contra adversários. Ainda assim, nenhuma dessas abordagens considerou como a variação no processo de alternância no poder afeta o desempenho da burocracia na promoção da mudança ou estabilidade institucional.

Existem diferentes tipos de alternâncias no poder que condicionam respostas variadas dos atores do Estado. Uma família maior de alternâncias envolve aquelas que ocorrem por meio de eleições. Há claramente duas amplas possibilidades aqui: transições entre atores na mesma coalizão governamental, compartilhando agendas políticas e origens ideológicas semelhantes, e há mudanças de poder para a oposição, com posições ideológicas e políticas divergentes.

Mudanças dentro da mesma coalizão governante ocorrem quando o chefe de estado é substituído, mas nenhuma mudança no partido governante ou mudança significativa na coalizão governante ocorre. Nessa situação o status quo será mantido, embora esforços de promoção estratégica ainda sejam realizados para diferenciar a agenda do novo líder da de um antecessor.

Um segundo tipo de alternância ocorre quando um partido ou coalizão opositora sobe ao poder após as eleições. Quando um novo partido ou coalizão vence as eleições, aumenta a probabilidade de mudança. Isso abre a oportunidade para inovação política e institucional e para a perturbação e interrompimento (disruption) do arcabouço institucional herdado, principalmente daquelas políticas centrais ao governo anterior. Quanto mais distante ideologicamente forem os governos entrantes e de saída, maior a possibilidade de reformas institucionais. Podemos dizer que o governo Bolsonaro foi

extremamente disruptivo em várias políticas dos governos petistas, como algumas pesquisas já apontam.

Uma terceira situação completamente distinta surge quando a alternância no poder segue um episódio de crise política, resultante da interrupção do mandato por impeachment. Tais configurações de alternância no poder resultam em governos interinos, que enfrentam um conjunto distinto de incentivos. Durante essas alterações no poder, podemos observar preferências presidenciais tanto para consistência quanto para mudança de política, dependendo do posicionamento ideológico do novo governo.

No entanto, há particularidades nas alternâncias após crise e interrupção do mandato. Se houver dúvidas sobre a legitimidade da remoção do presidente e o novo governo enfrentar resistência popular, as chances de mudança política e institucional podem ser mais discretas. Este talvez seja o caso de Michel Temer. Se o novo governo, por outro lado, for um sucessor legítimo e necessário de um presidente altamente impopular removido do cargo, então o potencial para inovação política e institucional aumenta. O caso de Itamar Franco se enquadra melhor nessa realidade. As características do processo de remoção e suas consequências imediatas contribuem para definir a natureza das mudanças políticas no novo governo.

Os atores e defensores das políticas operam usando estratégias distintas sob diferentes padrões de alternância de poder. Quando um novo conjunto de atores entra no governo, quando um partido e grupo ideológico completamente novos chegam ao poder, a estratégia é inovar criando novas instituições, mudando as existentes e reorganizando políticas públicas projetadas para resolver uma questão que é saliente no domínio público. Nessas situações, a principal motivação é defender o desenho e a formulação do novo instrumento em si. Nestes momentos “o que funciona tecnicamente funciona politicamente” (Lindert e Vincensini 2010), uma vez que o que Voss e Simmons (2018, 14) chamam de “Constituency Instrument”, referindo-se à comunidade de conhecimento sobre questões específicas, se mobilizam para avançar ou evitar mudanças. Essas são as alternâncias no poder com maior potencial de inovação e que representam as maiores ameaças à manutenção de programas similares existentes.

Quando há continuidade entre o mesmo partido no governo e a atenção pública para o problema da política pode estar diminuindo, as chances de consistência da política são altas, mas exigem uma estratégia empreendedora de atores burocráticos seniores para

manter a consistência e a coerência da política. Isso ocorre porque novos funcionários eleitos do mesmo partido geralmente têm objetivos de interesse próprio para inovar em relação a programas pré-existentes.

De acordo com Mahoney e Thelen, novamente, isso leva à "estratificação" de mudanças das políticas e instituições, por meio da qual novos aspectos são adicionados sem abandonar os anteriores. Ao lidar com instrumentos altamente complexos, no entanto, a estratégia predominante adotada pelos atores políticos é promover a mudança política gradual, oferecendo variações nas práticas existentes por meio de soluções preexistentes que resolvem resultados sub-ótimos já reconhecidos pela "instrument constituency". Nesses momentos de alternância, o que fornece resiliência institucional — ou seja, robustez e adaptabilidade — é a capacidade dos atores burocráticos de alavancar circunstâncias políticas em mudança, promovendo novas ideias políticas que não alteram significativamente o status quo. Exemplos incluem expandir a cobertura e o escopo do programa, melhorar aspectos específicos de seu funcionamento e destacar os aspectos ideacionais desses novos procedimentos como alinhados às orientações ideológicas originais da política.

Finalmente, quando há uma mudança causada pelo término antecipado de um mandato, após uma crise política, as expectativas são aquelas de mudanças políticas atípicas. O que é certo nesses contextos é que esse tipo de alternância no poder produz incerteza por que novos atores são introduzidos abruptamente nos processos de políticas públicas. Esse tipo de alternância pode reduzir a previsibilidade sobre o que acontecerá a seguir.

Nesses casos, a burocracia adotará uma postura altamente resistente para proteger os processos de políticas reais que eles desenvolveram e melhoraram ao longo do tempo, não defendendo ideologicamente a existência do instrumento, nem promovendo seus potenciais resultados de longo prazo, mas protegendo ativamente a legitimidade do subsistema de políticas; reputações profissionais, as ferramentas que foram desenvolvidas e demonstrando a necessidade de seu conhecimento acumulado na governança do instrumento. A burocracia entra em modo defensivo.

No caso específico do Distrito Federal em 2015, Rodrigo Rollemberg, então senador, assumia um governo de oposição que tinha, no passado, vínculos com o que saía do poder, mas que naquela eleição específica já era crítico à gestão petista de

Agnelo Queiroz. As eleições de 2014 foram marcadas pela vedação da candidatura de José Roberto Arruda para governador. Arruda havia sido removido do cargo em 2009, em escândalo de cobrança de propinas delatado pelo então Presidente da Codeplan, Durval Barbosa, pego entregando pacotes de dinheiro ao então governador, confortavelmente instalado no sofá da sala de presidência da Codeplan como pode ser visto na gravação publicada no Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=ITnSvEbGud0>. Arruda foi preso e sofreu impeachment, encaminhando o definitivo sepultamento da reputação da Codeplan, uma vez que seu então presidente fez delação premiada pois estava diretamente envolvido nos enormes escândalos de corrupção que haviam derrubado o governo.

Agnelo Queiroz assume o Governo do Distrito Federal (GDF) em 2011, tendo como seu vice-governador o homem forte do MDB em Brasília, Tadeu Filipelli, aliado de Joaquim Roriz e antigo colega de Arruda em governos anteriores. PT e MDB governam Brasília com uma agenda de obras públicas e reformas administrativas que beneficiaram significativos segmentos do serviço público. É um governo marcado pelo liberalismo com o gasto público.

O governo de Agnelo Queiroz encerra seu ciclo também defenestrado, emerso em escândalos de desvio de recursos públicos nas obras para a Copa do Mundo e inúmeros outros projetos interrompidos, como a nova sede do governo distrital em Taguatinga, o Centrad, e as obras do Autódromo Nelson Piquet e do Teatro Nacional Claudio Santoro, interrompidas até hoje, em sua maioria. Foi um governo acusado de completa irresponsabilidade fiscal.

Em 2014, conforme dito, na ausência de Arruda, impedido de concorrer pela Justiça Eleitoral, e dada a fragilidade do governo Agnelo, em face a uma crescente insatisfação popular evidenciada pelas manifestações e protestos de 2013, abria-se a oportunidade para uma terceira via. O então Senador Rodrigo Rollemberg, antigo aliado de Agnelo Queiroz e do PT, agora na oposição, assume essa posição e é eleito no segundo turno de 2014, deixando em segundo lugar Jofran Frejat, o candidato a vice-governador de Arruda que assume a chapa, quando da vedação de Arruda.

O novo governo, portanto, se inicia em um contexto específico de alternância no poder. Tem traços de uma gestão de oposição, pois foi muito crítica ao governo petista

de Agnelo e do antecessor, Arruda, e assume a administração inserido em um cenário de penúria fiscal, fruto da gestão anterior. A herança, sim, era maldita.

Ao assumir o governo em 2015, opta por uma configuração mais técnica de seu gabinete, composto principalmente por técnicos do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Universidade de Brasília e órgãos de controle. Sua base de apoio na Câmara Distrital é fragmentada e dispersa, destinando a alocação de cargos menores, de segundo e terceiro escalão, para as indicações da classe política e aliados no Legislativo local, principalmente distribuindo as administrações das Regiões Administrativas. Foi um governo eminentemente tecnocrático voltado para a recuperação fiscal do Estado, encontrado falido após as gestões de Arruda e Agnelo, através de políticas de ajuste e redução de gastos. Rollemberg não é reeleito em 2018, perdendo no segundo turno para Ibaneis Rocha, advogado de sucesso e completo forasteiro a cargos políticos. Rollemberg cumpre sua meta de recuperação fiscal do Estado e de recuperação das instituições, tendo um governo considerado íntegro e honesto, mas com poucas entregas para a população e embates e conflitos com a administração pública do DF, dados os sucessivos cortes de gastos e ausência de aumentos salariais para o serviço público.

Minha gestão na Presidência da Codeplan se insere em um cenário propício a mudanças, considerando os sucessivos fracassos e tragédias institucionais do passado, tendo sido pivô da crise que resultou na retirada do cargo do Governador Arruda, mas encontrando enorme resistência da burocracia da Codeplan, acostumada a situações trabalhistas confortáveis e convenientes.

A Codeplan, como foi dito, saía de uma crise que havia a colocado nas páginas policiais quando assume sua presidência na gestão Agnelo Queiroz o economista, quadro partidário do PT, Julio Miragaia. Seus anos de gestão foram de recuperação da atuação clássica da Codeplan como uma empresa de pesquisa que coletava a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), paralelo no DF da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A PDAD é a única pesquisa no DF com amostras representativas da população urbana de cada Região Administrativa e era realizada pela Codeplan, de maneira interrompida, desde 1994. Miragaia institui também a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), que enfoca nos 12 municípios goianos adjacentes ao DF. Ademais, seguiu a parceria que realizava no DF a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Por fim, iniciou interessante trabalho de investimento em georreferenciamento de dados para um portal de fácil acesso online.

Foram passos decisivos para o início da reconstrução da reputação da Codeplan e para recoloca-la nos trilhos originais de sua fundação: um órgão de apoio ao planejamento e desenvolvimento regional através da coleta e análise de dados.

Contudo, inúmeras questões trabalhistas e de desenho institucional não foram devidamente atacadas.

Sucedendo a Julio Miragaia, assumi, então, a missão de aprofundar o processo de reconstrução institucional da Codeplan e consolidar seu novo papel e reputação, fazendo isso em meio a um cenário de constrições fiscais severas, necessidade de aumento da eficiência do gasto público e de redução das despesas estatais. Precisava, literalmente, fazer mais com menos e repensar os caminhos institucionais que cabiam à empresa.

Quanto à produção de pesquisa, isso foi viabilizado pela contratação de quadros técnicos de pesquisa de Universidades, Ipea e IGBE para assumiram posições de liderança na empresa. Fomos também beneficiados por um insulamento de pressões políticas assegurado pela então Secretária de Planejamento e Orçamento, Leany Lemos, que blindava a Codeplan de assédios da base. O insulamento burocrático, em uma agência voltada exclusivamente para pesquisa, mas com inúmeros cargos de alta remuneração no contexto de cargos comissionados, era aceito pela classe política, dada a trajetória anterior de tragédia institucional. Contudo, claramente, não estávamos livres de eventuais tentativas de intervenção, não pelo governo, mas por aqueles que queriam os cargos. O governo Rollemberg e a própria Secretária Leany, eventualmente, pagavam caro por blindagens políticas desse tipo.

A produção da Codeplan aumentou significativamente. Mantemos todas as pesquisas anteriores em andamento, assim como as parcerias com IBGE, inclusive para cálculo do PIB, e DIEESE, para coleta da PED. Adicionalmente, aumentamos a capacidade analítica da agência. Se antes a Codeplan focava mais na coleta de dados, passamos não só a fazer isso, mas fortalecemos a produção de trabalhos analíticos. Criamos a série Textos para Discussão da Codeplan, mecanismo de divulgação das inúmeras pesquisas em andamento. Também foi retomado o Prêmio Codeplan de Trabalhos Técnicos-Científicos, que posteriormente publicava os premiados na série de Textos para Discussão.

Criamos sistema de compartilhamento de dados entre órgãos do DF, o SIEDF (<https://www.ipe.df.gov.br/portal-siedf/>), regulamentado pelo Decreto nº 38.141, de 20

de abril de 2017 e que estabelecia condições para a integração de bases de dados de todos os órgãos públicos para agilizar processos de planejamento.

Instituímos o serviço 156 de pesquisa telefônica, pioneiro no Brasil e que usava a central telefônica do GDF, ainda sediada na Codeplan, para a aplicação de questionários para pesquisas sobre avaliação da qualidade dos serviços públicos (<https://www.codeplan.df.gov.br/pesquisas-telefonicas-156/>). Foram realizadas dezenas de pesquisas encomendadas por diferentes órgãos parceiros do GDF usando os horários de vale de atendimento da Central Telefônica, maximizando assim o uso de contratos pré-existentes com atribuições insuficientemente exploradas. As pesquisas davam voz à população sobre temas de políticas públicas usando técnicas científicas de amostragem e desenho de questionários. Assim, inovamos ao utilizar a pesquisa social como mecanismo de escuta popular e retorno (feedback) para os gestores das distintas pastas sobre temas de seu interesse. Esse projeto foi finalista do 22º Concurso Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2017, ficando entre os dez projetos selecionados, mas não entre os cinco premiados.

Se houve avanços na consolidação da reputação da Codeplan como órgão de pesquisa e planejamento, definitivamente, na área de gestão e administrativa, as dificuldades de alteração do quadro institucional encontraram muito mais resistência e colli mais fracassos do que sucessos.

O cenário em que encontramos a empresa era de um orçamento robusto, mas quase que exclusivamente consumido por benefícios trabalhistas e folha de pagamento. Os salários eram altos em comparação ao serviço público distrital e federal. Os benefícios trabalhistas, por se tratarem de servidores regulamentados pela CLT, portanto não sendo estatutários, eram muito generosos. Tampouco se controlava presença, sem catracas de controle de entrada, e não haviam planos individuais de desempenho, sem cobrança de entregas e produtividade. Por último, as dívidas trabalhistas eram de significativa monta.

Em grande medida, a situação orçamentária catastrófica da Codeplan devia-se à sua estrutura de empresa de capital misto, mas totalmente dependente do Tesouro, e da decorrente natureza dos contratos de trabalho, baseados na CLT. Ao longo das décadas, a Codeplan foi assumindo funções distintas – empresa de mapeamento e geoprocessamento do território do DF para análise das vantagens desenvolvimentistas

da região; empresa de Tecnologia da Informação (TI) do governo, responsável pela criação de sistemas operacionais e acompanhamento de obras de TI; sede do serviço de atendimento telefônico do GDF; empresa de pesquisa... Em cada momento contratava-se servidores com especialidades específicas, mas quando se alterava a missão da empresa, não se demitia. Aparentemente, uma vantagem do sistema de empresa baseado na contratação via CLT seria a maior facilidade de alteração da composição da mão de obra, com demissões mais fáceis. Ocorre que não é bem assim. O processo de demissão de celetistas no âmbito do Estado é oneroso e pode gerar significativas ações judiciais. Ademais, há todo o custo social da demissão. Fato é que, quando assumi a presidência da Codeplan, esta tinha mais de 400 empregados públicos, todos celetistas, uma minoria concursada e um grande número já acima da idade de aposentadoria. Não aposentavam por que o teto do INSS, a que tinham direito, era muito inferior ao salário recebido e não há aposentadoria compulsória nessa categoria de contrato trabalhista. O problema de readequação da mão de obra se impunha, até por que, até a Reforma Trabalhista, havia muito receio de desvio de função, sendo que ações nesse sentido já haviam sido ganhas.

Por ser empresa, as convenções trabalhistas e negociações da data-base com o sindicato eram momento tenso da gestão. Estas eram conduzidas prioritariamente pela direção da empresa, mas sob rígidas diretrizes do governo, que exigiam cortes. Diferente do passado, em que as presidências das empresas contavam com muita autonomia e sofriam muita pressão do sindicato e servidores pelos aumentos de benefícios e salários. A situação insustentável da Codeplan decorreu da irresponsabilidade das gestões anteriores que não impunham restrições. Obviamente, era pessoalmente muito desgastante para o Presidente da empresa cortar benefícios que já existiam a décadas, mas era absolutamente necessário para a política fiscal de redução de gastos do governo.

Uma vez que era necessário reduzir e redefinir a mão de obra da empresa e uma vez que os servidores resistiam à aposentadoria, a solução foi a adoção de um Plano de Desligamento Voluntário (PDV) que assegurava benefícios e renda adicional à aposentadoria para quem aderisse. Dada a idade avançada de grande parte da mão de obra, e frustrados planos anteriores, o PDV da Codeplan que nós instituímos contou com adesão significativa, enxugando o quadro para praticamente a metade. Em cenário de redução do valor de benefícios – auxílios alimentação, de enterro, plano de saúde – e

aumento da cobrança por desempenho, passava a ser ainda mais vantajoso aderir a um PDV.

Adicionalmente, outra reforma importante dizia respeito à mudança da natureza jurídica da empresa. Uma proposta que vinha desde o governo Agnelo era transformar a Codeplan em autarquia ou fundação, mudando sua gestão de empresa mista, para puramente pública, com a mudança da carreira para estatutário. Essa era a ambição dos empregados da empresa, que sonhavam com uma migração de celetista para estatutário recebendo aposentadorias no teto dos salários que ganhavam. Ou seja, o problema seria transferido para a folha de inativos do GDF. Obviamente, essa solução não era viável legalmente e esse sonho evitava a adesão e oferta de um PDV que estimulasse adesão.

Demos sequência ao projeto de recriação institucional da Codeplan, estabelecendo uma proposta que criaria uma autarquia chamada Instituto de Pesquisa do Distrito Federal (IPEDF), extinguiria a Codeplan e colocaria os cargos vigentes em extinção, que casado com um novo PDV, rapidamente esgotaria a mão de obra celetista e abriria o caminho para um segundo passo, de criação de uma carreira estatutária de técnico de pesquisa do GDF. Tudo seria feito por Projeto de Lei, conforme prevê a legislação. A proposta avançou internamente no governo, mas nunca foi encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal. A base fragmentada do governo e a forte oposição dos sindicatos de servidores públicos, insatisfeitos com todas as perdas que tiveram na gestão de Rodrigo Rollemberg, inviabilizavam qualquer negociação no Poder Legislativo local sobre reformas de empresas públicas. As dificuldades previsíveis eram um risco adicional de desgaste que o governo não podia se dar ao luxo, em um cenário já muito adverso.

Com o fracasso da proposta, avançamos em reformas em um nível institucional inferior. Se não podíamos muda-la através da lei, faríamos o máximo possível através de normativas infralegais. Assim, foram criados mecanismos mais rígidos de governança corporativa, exigência da Lei das Estatais, foram superados questionamentos sobre desvio de função da mão de obra, uma vez que além da reforma administrativa do Governo Federal, também fizemos novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) da empresa, que ajustava o perfil dos trabalhadores a novas funções e reestruturava as carreiras. Ademais, estabelecemos o controle eletrônico de ponto e metas de produtividade. Mas, mais importante, alteramos o Estatuto e Regimento da empresa, exigindo qualificação técnica para os cargos de gestão, inclusive de direção, o que

muito reduziu o interesse político pelos cargos, e estabelecemos mais instâncias de controle interno na empresa. Foram mudanças relevantes, que fortaleceram o caráter técnico da Codeplan e seu insulamento burocrático.

A transferência de poder para a nova gestão, com o fim do governo Rollemberg, se deu de forma muito transparente e cooperativa. O Presidente que assumia então, Jean Lima, avançou com as reformas institucionais então encaminhadas, que resolviam inicialmente o problema da natureza institucional da transformação em autarquia e posteriormente o de criação da carreira. A gestão do advogado Ibaneis Rocha conseguiu aprovar a proposta na CLDF. Era um cenário distinto, com uma base muito mais coesa e menor resistência dos sindicatos de servidores públicos, para os quais Ibaneis já havia advogado em sua maioria, e cujas lideranças passaram a atuar diretamente no GDF com cargos comissionados. A Codeplan, finalmente, se transformou em IPEDF.

A continuidade do trabalho em três gestões, mantendo um entendimento compartilhado dos gargalos institucionais da empresa e os desafios de consolidação de uma nova reputação, assim como de um entendimento da necessidade de mudança, foram fundamentais para o sucesso da recuperação da instituição. O IPEDF hoje, antiga Codeplan, é respeitada pela população e comunidade política do DF e vista como órgão técnico de apoio ao planejamento e ao desenvolvimento econômico da região. A antiga Codeplan é, portanto, um caso interessante de mudança institucional que adotou um processo gradual de mudanças, do tipo classificado como “layering”, em que camadas de mudanças foram acrescidas de maneira cumulativa até um momento em que uma alteração mais estrutural e radical, do tipo “displacement” foi possível. Em todos os casos, os gestores atuaram por dentro das instituições.

Obviamente, o contexto da alternância no poder, com a entrada de um governo de oposição, crítico do atual e do anterior, foi fundamental para engendrar uma expectativa de mudança. A alteração do quadro institucional era esperada também devido à trajetória institucional, para usar terminologia de Carpenter, que exigia a reconstrução da reputação institucional do órgão. O IPEDF segue sua missão de produzir estatísticas e análises, agora em um momento de estabilidade e voltado mais para a produção em sua área fim do que exigindo cuidados com sua área meio.

Concluí meu trabalho no GDF, retornei à UnB. Após um ano de atividades regulares de docência, pesquisa e extensão, fui eleito Diretor do Instituto de Ciência

Política e, um ano depois, convidado pela reitora reeleita, Márcia Abrahão Moura, a assumir o Decanato (Pró-Reitoria) de Pós-Graduação, que prontamente aceitei. Durante o período como Diretor, o mundo foi atropelado pela Pandemia de Covid-19. Em decorrência, a UnB suspendeu o primeiro semestre letivo de 2020, situação que se manteve até meados de junho daquele ano.

Neste meio tempo, enquanto Diretor do Ipol, propus à reitoria a realização de ações de retomada das atividades de ensino, embasado por discussões internas no Ipol. Havia que se caminhar para alguma ação que retomasse as aulas. Propusemos a realização de uma pesquisa de opinião com a comunidade universitária, em seus três segmentos – discentes, técnicos-administrativos e docente – para avaliação das condições para a retomada dos trabalhos de maneira remota. Assim, em junho de 2020 ocorreu a primeira rodada da Pesquisa Social da Universidade de Brasília

(<http://repositoriocovid19.unb.br/pesquisa-social/>). Foram entrevistados aproximadamente 90% dos docentes e técnicos-administrativos e 50% dos discentes, totalizando mais de 25 mil questionários preenchidos online. Foi a maior pesquisa interna já realizada na UnB, com ainda mais duas rodadas adicionais para acompanhamento em 2021 e 2022. Os dados foram usados para desenho de programas de auxílio à comunidade, como o empréstimo de equipamentos e a prestação de serviços de apoio à saúde mental. Foram também ampliadas as vagas para treinamento no uso das plataformas de ensino à distância, como o Moodle e o Teams. Por fim, a Pesquisa Social também orientou as decisões de retomada da presencialidade em 2022, atestando o grau de vacinação da comunidade e seu conforto com a retomada das atividades presenciais nos campi.

Entendo que minha atuação na coordenação da Pesquisa Social foi fundamental para a consideração de meu nome para o Decanato de Pós-Graduação. Assumi este em janeiro de 2021, ainda durante a pandemia, e com as atividades remotas em vigência. Por quase um ano, não conheci pessoalmente os servidores técnicos-administrativos com quem trabalhei. Os desafios para a pós-graduação eram enormes durante e no pós-pandemia. O principal deles era um profundo déficit de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado e limitado financiamento para pesquisa, principalmente discente. Em seguida, vinha a preocupação com a avaliação quadrienal dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), sob Júdice então, e cercada de inúmeras dúvidas. Outra questão era a necessidade de ajuste das regulamentações internas da UnB para uma nova realidade,

que assegurasse maior inclusão, mais condições de financiamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e tornasse processos mais tempestivos e simples, sem perda de segurança jurídica.

As primeiras ações visavam assegurar a ampliação da oferta de bolsas de pós-graduação e de editais de fomento, principalmente à pesquisa discente. Pleiteamos junto à administração central da Universidade a alocação de recursos próprios para editais de bolsas de estudo, tendo sido ofertados, ao menos, dois editais de bolsas exclusivamente pagos com recursos da UnB. Trabalhamos junto à Fundação de Apoio à Pesquisa do DF o aumento de recursos para seus editais do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação, PDPG, tendo sido contemplados com ao menos três editais que totalizaram aproximadamente R\$8 milhões. Concorremos a editais do CNPq que aportaram mais alguns recursos. Ou seja, houve uma ampliação significativa do número de bolsas de mestrado e doutorado oferecidas.

Adicionalmente, criamos editais de fomento à pesquisa discente. Foram mais de 10 editais nos 4 (quatro) anos de gestão, beneficiando aproximadamente 1200 projetos de pesquisa de discentes, com o aporte de recursos de R\$3 mil por projeto, em contrapartida à publicação de artigos científicos, produção de trabalhos artísticos e apresentação de trabalhos em conferências. Não havia nada semelhante antes.

Em parceria com o Decanato de Pesquisa e Inovação, foram lançados inúmeros editais de fomento à pesquisa docente, tanto com pagamento de taxas de publicação, quanto de apoio direto à pesquisa, tendo como contrapartida a publicação posterior do trabalho. Também foram financiadas propostas de mobilidade para conferências, realização de eventos na UnB e publicação de livros.

Ao contribuir financeiramente para o aumento da produção acadêmica, quase sempre vinculada à pós-graduação, atuávamos também para atingir a meta de melhoria das avaliações dos PPGs: uma preocupação constante de quem assume o papel de coordenação de pós-graduação em um PPG ou pró-reitoria na área.

Cabe aqui uma breve digressão sobre a experiência do PPG em Ciência Política da UnB, um caso de sucesso, do qual participei em próxima cooperação com todos os colegas de programa e sob lideranças diversas. Foram várias as ações tomadas, por diferentes coordenações, mas sempre articuladas com os colegas de programa, visando medidas que assegurassem o aumento de produtividade da pós-graduação em ciência

política da UnB. Este PPG subiu de nota 4 para 7 em um processo continuado de aprimoramento de práticas e processos, sempre acordados entre o colegiado do PPG e em linha com os documentos da coordenação de área na Capes e as avaliações dos pares.

Todas as mudanças, apesar de debatidas e apoiadas pela maioria, nunca foram fáceis e sempre geraram resistência. Contudo, o alinhamento de um núcleo duro docente, que sempre foi majoritário, e a capacidade de diálogo e convencimento entre os pares da necessidade de reformas institucionais, prevaleceu sobre divergências. Apesar das decisões difíceis, a maioria estava convencida da necessidade das mudanças se o programa quisesse se aprimorar, com reflexos na nota da avaliação Capes.

E quais foram alguns desses passos? Primeiro, a formação de um consenso sobre a necessidade de mudanças institucionais que permitissem a evolução do PPG. Para a melhoria de um PPG, é fundamental que as partes interessadas queiram e aceitem fazer compromissos e concessões para atingir esse fim. Sem uma conscientização coletiva que todos e todas precisam trabalhar juntos e se comprometer com o projeto de aprimoramento institucional, uma coordenação isolada não consegue fazer com que o PPG avance.

Feito esse acordo, foram implementadas algumas alterações importantes. A primeira delas foi o estabelecimento de regras claras de credenciamento, descredenciamento e recredenciamento para orientação de dissertações e teses no PPG, baseadas nos parâmetros de produção necessários para o aumento da nota segundo os documentos de área da avaliação Capes. Assim, utilizaram-se as exigências nacionais como critério de atuação na pós-graduação. Isso gerou uma redução do corpo docente, mas deixou clara as regras de fazer parte do PPG. Reduziu personalismos e induziu adequação de estratégias individuais de produção a regras universais. Trouxe clareza e racionalidade ao processo de composição do quadro docente do PPG.

Um segundo passo foi a “profissionalização” do processo de preenchimento da Plataforma Sucupira. Montou-se uma estratégia de apoio ao preenchimento por diversos atores do processo, incluindo a presença de uma vice-coordenação de pós, com quem se compartilhava a responsabilidade pela inserção e revisão dos dados, assim como contava-se com a colaboração de estudantes da pós. Ou seja, o aprimoramento do processo de coleta de informações foi fundamental para a melhora da avaliação.

Na verdade, PPGs precisam assegurar dois fatores para assegurar a melhoria de seu desempenho na avaliação quadrienal da Capes: ter um corpo discente e docente produtivo, que se adeque às exigências da área, e assegurar o correto preenchimento da plataforma de coleta de informações. Sem esses dois elementos, um PPG está fadado à estagnação em notas baixas ou a queda da nota.

Organização interna do PPG e articulação próxima com a coordenação da área, além de atuação no Fórum de Coordenadores da Área são estratégias adicionais para o aumento de nota. No Ipol, um fator importante para a organização interna do PPG foi a divisão em duas áreas de concentração temáticas distintas, cada uma com duas linhas de pesquisa específicas. A organização temática em áreas de concentração e linhas de pesquisa sinalizou melhor para a comunidade externa as pesquisas realizadas no âmbito do PPG. Adicionalmente, racionalizou o processo de seleção, permitindo que candidatos pudessem ser mais bem avaliados por especialistas em seus tópicos, resultando na seleção de candidatos(as) mais alinhados às pesquisas em andamento e consequente melhores e mais dissertações e teses aprovadas.

As lições apreendidas no PPG em Ciência Política foram levadas para o Decanato de Pós-Graduação. Assim, foram tomadas várias medidas para apoiar os PPGs em suas tarefas de organização interna, incentivos para produção acadêmica e aprimoramento do preenchimento da Plataforma Sucupira. Além dos editais de bolsas e de fomento, que ajudam e induzem na publicação em periódicos de maior impacto, foram realizadas atividades e eventos voltados para o planejamento estratégico e auto-avaliação dos programas, além de oficinas e cursos de preenchimento da Plataforma Sucupira.

Realizamos diversas reuniões setoriais com os PPGs de notas semelhantes para acompanhamento das suas maiores dificuldades e gargalos e para compartilhamento de informações de boas ações e casos de sucesso que poderiam ser implementados. A lógica era gerar um ambiente de cooperação entre os PPGs para compartilhamento das boas práticas, estimulando o aprendizado mútuo. Sistematizamos esses pontos e os divulgamos em Grupo do TEAMS criado exclusivamente para a interlocução entre PPGs. Na sequência, realizamos reuniões plenárias com todos os PPGs e convidados externos visando a qualificação das coordenações e secretarias de pós-graduação sobre estratégias de planejamento e de auto-avaliação, além de ampliação da divulgação das boas práticas. Organizamos oficinas de preenchimento da Plataforma Sucupira com especialistas no tema e um curso de oferta contínua sobre o tema como parte do

programa de qualificação de servidores da UnB. Por último, criamos comissão de acompanhamento e apoio ao preenchimento da Plataforma Sucupira no âmbito do Decanato para auxílio às coordenações de pós-graduação. A comissão era composta por colegas de vários PPGs que se comprometiam a ler as fichas de cada programa e sugerir alterações e ajustes. Ademais, fazia um levantamento paralelo da produção de cada PPG para assegurar o correto preenchimento da plataforma de entrada de dados para a coleta da Capes.

A combinação de indução ao aumento da produção qualificada através de editais de fomento e de apoio institucional para a melhoria da organização interna dos PPGs surtiu efeito na avaliação do quadriênio passado, mas que só foi concluída em 2022. Houve aumento da nota de uma grande parte dos programas nota 4 e 5, elevando a média geral da UnB.

Por fim, foi feito enorme esforço de revisão de diversas resoluções da UnB que afetavam a pós-graduação, gerando significativas mudanças institucionais. Foram inúmeras as normativas alteradas: a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) referente aos cursos *stricto sensu*, a resolução sobre cursos *lato sensu*, de pesquisador colaborador e de pós-doutorado foram todas concluídas. Ademais, implementamos as políticas de ação afirmativa na pós-graduação, efetivando o funcionamento de resoluções sobre o tema de 2020. Por último, estabelecemos a resolução que permitiu o acúmulo de bolsa e remuneração em 2023, em adequação exigida pela portaria da Capes sobre o tema. As reformas institucionais foram sempre amplamente debatidas e aprimoradas na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB, vinculada ao CEPE, antes de aprovação final nas duas instâncias.

Após praticamente dez anos ininterruptos em cargos de gestão, mas conseguindo manter projetos de pesquisa e extensão em andamento, assim como orientações e docência, chego a esta etapa da carreira, de pleito à promoção ao cargo de Professor Titular, em que faço um balanço da minha trajetória, seguro que trabalhei de forma intensa e dedicada para contribuir com a comunidade, científica e do DF, da qual faço parte. Colecionei fracassos porque me expus e propus caminhos. Obtive alguns êxitos. Mas entendo que o processo não se encerra aqui, agora mais focada ainda na produção acadêmica.

V. Pesquisas Futuras e Considerações Finais

Minhas mais recentes contribuições à literatura têm sido focadas no fenômeno do bolsonarismo e do estudo do comportamento eleitoral brasileiro. O surgimento de um movimento de extrema direita no Brasil, alinhado ao redor de temas políticos e lideranças específicas, cada vez mais estruturado por um partido político, o Partido Liberal (PL), e construindo uma frente ampla composta por várias lideranças cobrindo todo o território nacional segue sendo algo novo e relevante. A convergência conservadora, que tem também raízes na religiosidade, como mostram os trabalhos de Amy Erica Smith e Taylor Boas, não podem ser negligenciados, uma vez que minhas próprias pesquisas demonstram sua estabilidade no tempo e consistência em relação a posições sobre temas políticos. Assim, temas políticos (*issues*) como aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, maioridade penal, descriminalização das drogas passam a ter significativa saliência no rol de fatores que congregam o conservadorismo no Brasil e compõem o fenômeno do bolsonarismo. Todas essas questões são parte central para a retórica de Bolsonaro.

Apresento evidências nesse sentido olhando para dados de opinião pública, publicados no periódico Estudos Avançados da USP, em que trato das eleições de 2022, mas analisando uma série histórica que remete a 2018. Lá fica evidenciada a estabilidade temporal da consistência interna do apoio a Bolsonaro baseado em preferências políticas de seu eleitorado. Também analiso o assunto do ponto de vista das elites, enfocando nas falas de Bolsonaro, que tem uma versão preliminar publicada em projeto coordenado por Cristobal Rovira-Kaltwasser (<https://ultra-lab.cl/index.php>) e a expectativa de publicação em um livro editado, já submetido para publicação. Ou seja, exploro as convergências de agendas das elites e massas, assunto que me parece cada vez mais necessário para se entender o caráter estrutural e orgânico do conservadorismo no Brasil.

As pesquisas desenvolvidas em parceria com Leonardo Avritzer acrescentam ao rol de posições bolsonaristas atitudes antidemocráticas, negacionismo e um esforço para recuperação/manutenção da popularidade através de políticas de redistribuição de renda, sem condicionalidades.

Sobre a relação entre bolsonarismo e atitudes antidemocráticas no Brasil, exploramos o tema inicialmente no artigo “The Pandemic and the Crisis of Democracy

in Brazil”, publicado no Journal of Politics in Latin America. Discutimos como o bolsonarismo reflete a dubiedade da extrema direita acerca da democracia. Há uma clara ligação, como apontam os dados, entre apoio a golpes militares, desconfiança das instituições democráticas e insatisfação com a democracia e apoio a Bolsonaro. Assim, ao passar dos anos na gestão Bolsonaro, a relação dúbia com o regime democrático, com momentos claros de apoio a soluções autoritárias, foi ficando mais explícita.

A relação é ambígua por que, em medidas diretas, explícitas de democracia, como preferência pelo regime, o bolsonarista não se difere em tanto de outros eleitores, talvez por conta da importante ideia de “winner’s consent”, refletindo apoio ao regime quando se ganha a eleição, mesmo quando candidatos chamados iliberais ganham, como argumentam Mollie J. Cohen e coautores em texto sobre o Brasil. Essa discussão se segue à de Anderson e coautores sobre “loser’s consent”, que enfoca a diferença no apoio à democracia entre vencedores e perdedores do processo eleitoral. Obvio, a referência inicial desse debate é a ideia de deslealdade ao sistema da oposição, tão fortemente exposta por Juan Linz. A deslealdade se refere ao fato de perdedores no sistema negarem a legitimidade das regras.

Ademais, Bolsonaro e seu eleitorado defenderam explicitamente um golpe militar com Bolsonaro no poder, apenas para retroceder quando confrontados por forças que defendem a democracia. Bolsonaristas defendem a liberdade e se dizem democratas, mas apenas em momento de crítica à esquerda brasileira e para, eventualmente, defenderem que atuam “dentro das quatro linhas” da constituição.

Também com Leonardo Avritzer e Priscila Carvalho fizemos uma descrição da atuação de Bolsonaro durante a pandemia em “Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil” publicado na Revista Brasileira de Ciência Política. Identificamos que o bolsonarismo, além do autoritarismo, conjugou em sua ação de governo durante a Pandemia de Covid-19 uma agenda de negacionismo, mas também de recuperação de avaliações positivas de seu governo com políticas de distribuição de renda, o auxílio emergencial, que surtiu efeito de curto prazo na sensação de mobilidade social ascendente dos beneficiários.

Pretendo avançar nessa agenda, com a proposta de construção de um livro que recupere, nas pesquisas que fiz de 2002 em diante, dados que tragam indícios das visões populares sobre temas políticos (political issues) e em particular, que permitam

identificar a adesão a posições conservadoras, vista na literatura internacional como associadas à extrema direita, conforme os trabalhos de Rovira-Kaltwasser, mas também Casper Mudde, dentre outros, apontam. De certa forma, em parceria com Alberto Almeida, trabalhamos os dados da Pesquisa Social Brasileira de 2002 e 2022/23, comparando visões da população brasileira sobre questões associadas às suas visões de mundo no intervalo de 20 anos. Identificamos mudanças, ainda a serem publicadas, mas são necessários dados mais frequentes temporalmente para melhor entender quando e por que essas mudanças ocorreram.

Assim, recuperar e recompor o processo de mudança valorativa da população brasileira desde o início dos anos 2000 e seu impacto eleitoral parece ser importante para entender os caminhos da opinião pública no Brasil. A busca por bases de dados anteriores, desde os anos 90 do século passado ao menos, com periodicidade mais granulada, seriam importantes para melhor descrever esse processo de mudança. É possível que alguns temas deixem de ter visibilidade, como posições sobre a agenda econômica, e outros ganham relevância, como a agenda chamada de costumes. Em projeto paralelo, estou trabalhando com Oswaldo Amaral no levantamento desses dados com a maior cobertura temporal possível.

Algumas hipóteses são plausíveis para entender as mudanças. Por exemplo, o antipetismo como elemento estruturante da opinião pública, apontado por David Samuels, Cesar Zucco, André Borges, Robert Vidigal, dentre outros, aumentou com as sucessivas crises que abateram o governo Dilma Rousseff e a piora das condições de vida, impulsionando também maior adesão ao conservadorismo? Em outras palavras, durante os anos Lula da Silva, com o sucesso do projeto petista, era mais improvável abertamente assumir posições direitista, muito semelhante ao processo do pós-regime militar, relativo a uma direita envergonhada, como argumentava Timothy Power. O sucesso petista adormeceu o conservadorismo no Brasil durante alguns anos apenas para este emergir de maneira virulenta quando do fracasso, mesmo que pontual, daquele projeto?

Por outro lado, apesar da relevância do antipetismo, posições negativas sobre um partido político são insuficientes para explicar a escolha pelas demais alternativas que o sistema político proporciona. Desafeições partidárias, ou partidarismo negativo é um dos filtros, ou atalhos cognitivos que a população utiliza, mas não é o único, pois esse mecanismo não indica qual a escolha será feita, apenas a que não será. Como explorei

no meu doutorado, o eleitorado aplica inúmeros filtros sequencialmente para delimitar seu leque de escolhas e chegar a uma escolha final. Em um sistema eleitoral complexo como o brasileiro, após a exclusão de um partido do “choice set”, partidarismo negativo, ainda há que se escolher outro, com base em atributos dessa opção. Assim, há que se pensar nas escolhas existentes no campo da direita.

A falência dos partidos tradicionais de direita, PSDB e MDB em particular, são decisivos para se entender o surgimento de uma nova força naquele campo. Os escândalos de corrupção relacionados à gigante alimentícia JBS que envolveram tanto o então Presidente da República Michel Temer, quanto o do PSDB, Aécio Neves, liquidaram quaisquer chances desses partidos irem bem nas eleições de 2018. Com um PT sem Lula da Silva, o caminho se abriu para outras alternativas tanto à direita quanto à esquerda. Na esquerda, a hegemonia permaneceu com o PT, uma vez que Ciro Gomes fracassou em convencer o eleitorado desse campo a apoiar seu projeto alternativo, crítico ao PT. Ciro perdeu para Fernando Haddad em 2018.

O mesmo não pode ser dito no lado direito do espectro político brasileiro. Jair Bolsonaro, que iniciou sua campanha a presidente do Brasil em 2014, assim que se encerrou o pleito daquele ano vencido por Dilma Rousseff, construiu uma plataforma política de intolerância à corrupção, ao crime, mas também a qualquer forma de se levar à vida que não fosse prevista em uma interpretação restritiva da Bíblia Sagrada. Bolsonaro unificou uma retórica que habitava o inconsciente coletivo brasileiro, marcada por: uma forte posição de reacionarismo cultural, nos moldes descritos por Norris e Inglehart, relativo a questões como aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, e questões de gênero mais amplamente entendidas; uma visão punitivista relativa à lei e ordem, focada na ideia de que “um bandido bom é um bandido morto”; contrária a políticas de ação afirmativa; ambígua em relação a políticas de transferência condicionada de renda. Bolsonaro, pela primeira vez no Brasil recente, incorporou várias dimensões do conservadorismo que não haviam ainda sido tão claramente manifestadas conjuntamente. Foi um catalisador e legitimador das preferências conservadoras no campo político brasileiro.

Após um resultado eleitoral muito animador em sua candidatura ao sétimo mandato de Deputado Federal, nas eleições de 2014, a sua mais expressiva votação e uma das maiores da história do Rio de Janeiro, com quase meio milhão de votos, Bolsonaro não surgia do nada. Representou desde sempre uma posição extremista na direita,

defendendo o Regime Militar, quando ninguém o fazia abertamente, e até a tortura. Ofendia as colegas Deputadas Federais e agredia verbalmente os deputados de esquerda, principalmente aqueles que se declaravam apoiadores das causas LGBTQIA+. Associava a esquerda ao comunismo. Mesmo assim e até por isso, seu apelo popular só aumentava. Tanto que o cacifou a sonhar com a Presidência da República. Esta se materializou na medida em que o Capitão, como é conhecido por seus apoiadores, foi consolidando gradualmente seu nome em um périplo pelo país nos quatro anos que antecederam as eleições de 2018. Desacreditado no início, visto sempre como excêntrico e nunca levado a sério, subia nas pesquisas de intenção de voto e ainda seguia descartado como viável.

Hoje, Bolsonaro se apresenta como o principal líder da direita no Brasil. Apesar de inelegível, é ainda uma força política a ser considerada. Dessa forma, observar e entender a resiliência do bolsonarismo, mesmo enfrentando seguidos e significativos episódios de crise e derrotas jurídicas, segue sendo importante para entendermos a política de massas no Brasil contemporâneo. Acompanhar essa trajetória nos anos que se seguem, principalmente nas eleições de 2026, em que tudo indica que Bolsonaro estará ausente, dada a manutenção de sua inelegibilidade, será importante para entendermos como esse campo se organizará.

Portanto, não há como entender o fortalecimento do conservadorismo sem falar de bolsonarismo no país. O antipetismo explica parte da história, mas é insuficiente por que desconsidera o papel histórico do surgimento de Bolsonaro como um catalisador, em âmbito nacional e relativo a diversos temas políticos, do conservadorismo no país.

Dessa forma, a proposta é elaborar um livro que trate das eleições brasileiras de 2002 em diante, enfocando nos aspectos definidores de cada pleito, mas acompanhando o papel que preferências sobre temas políticos tiveram no voto. Claro, o acompanhamento da emergência de um alinhamento ideológico baseado em posições conservadores acompanha a discussão sobre cada processo eleitoral. A ideia é incluir a análise de 2026, como um momento chave para se entender a continuidade do presente alinhamento de extrema direita e dos caminhos que a esquerda adotará, frente ao fato de que a carreira de Lula de Silva, considerando sua idade, se encaminha para o fim. O sucessor de Lula na liderança da esquerda brasileira é algo que já se assinala como um debate de interesse acadêmico. Projetar os caminhos da esquerda à luz do

fortalecimento do conservadorismo no país parece ser fundamental para a compreensão da dinâmica eleitoral no Brasil.

Além da continuidade dessa agenda, pretendo recuperar nas minhas pesquisas a discussão anterior sobre estudos legislativos no Brasil. Tenho observado que o Brasil passou por reformas institucionais significativas, profundas e sucessivas em seu sistema político nos últimos 15 anos. As mudanças ocorreram em diversas dimensões e afetaram substantivamente as relações executivo-legislativo, ampliando o poder do Congresso Nacional e reduzindo as ferramentas de governabilidade do Poder Executivo. A consequência é um sistema mais difícil de governar, com implicações para a aprovação de propostas legislativas do governo, um risco majorado a presidentes de remoção de cargo através de *impeachments* e um conflito crescente entre direita e esquerda, oposição e governo, como resultado da crescente polarização e com consequências para a estabilidade do regime.

O desenho institucional que concentrava poderes e um número significativo de recursos para governar o país na Presidência da República tem sido significativamente esgotado com medidas que fortalecem o Poder Legislativo. O sistema tornou-se mais descentralizado, exigindo processos de negociação e barganha prolongados e muitas vezes, malsucedidos. Em particular, as mudanças nas normas orçamentárias e nas regras de tramitação de Medidas Provisórias e vetos presidenciais são especialmente importantes. Para usar terminologia da área, a caixa de ferramentas do presidente (Raile, Pereira e Power) vem sendo esvaziada. Também as bases institucionais do presidencialismo de coalizão foram afetadas.

Assim, a pergunta de pesquisa que pretendo investigar em projeto futuro é se as reformas institucionais implantadas ao longo dos anos alteraram as bases de funcionamento do presidencialismo de coalizão no Brasil. As mudanças nas regras que geraram um alargamento de poder do Congresso resultaram em mudanças nos padrões de interação entre os poderes e afetaram os produtos (outcomes) do sistema? Em particular, questões como sucesso e dominância legislativa do Poder Executivo, taxas de aprovação de propostas de autoria do Legislativo, duração e obstrução do processo legal, apresentação e votação de vetos presidenciais e domínio sobre o orçamento mudaram no novo arcabouço institucional brasileiro? Ademais, com Lula em seu terceiro mandato há um regresso à forma como se fazia política antes, dentro dos

cânones do presidencialismo de coalizão, tendo sido Bolsonaro mera exceção, ou trata-se de uma mudança estrutural devido às reformas institucionais?

Portanto, serão testadas hipóteses, em séries temporais de dados, que remontam a agendas anteriores e que tratavam de questões como: dominância e sucesso legislativo; duração, emendamento e obstrução; vetos presidenciais e reversão de vetos no Congresso Nacional; aprovação e empenho de emendas orçamentárias. Cabe, portanto, revisitar o período mais recente da história das relações Executivo/Legislativo no Brasil, atualizando a rica literatura que foi profícua nos anos finais do século XX e iniciais do XXI.

Infelizmente, desde as gestões de Dilma Rousseff na Presidência da República e Eduardo Cunha na Presidência da Câmara, os estudos sobre legislativo no Brasil não tiveram a mesma pujança do passado. Justamente nesse período, se intensificaram as reformas institucionais. Recuperar essa trajetória com séries de dados longas, que permitam avaliar o antes e depois do conjunto de alterações no arcabouço do presidencialismo de coalizão está no cerne das investigações que pretendo conduzir no futuro próximo.

Essa temática não foi ignorada pela literatura, mas ainda se mantem insuficientemente explorada. O livro organizado por Perlin e Santos em 2019 faz excelente trabalho em listar algumas das mudanças institucionais mencionadas acima. Contudo, cabe agora explorar empiricamente o efeito das mudanças usando estratégias de pesquisa mais robustas.

Por outro lado, alguns estudos já começaram a analisar o caso brasileiro em gestões afetadas pela nova configuração institucional, enfocando os dois últimos anos de Bolsonaro e o início do terceiro mandato de Lula da Silva. Destaco os trabalhos de Fabiano Santos, ao lado de diferentes coautores(as) e Adrian Albala. Contudo, a posição central dessa literatura é que Bolsonaro representa uma exceção na trajetória do presidencialismo de coalizão, sendo algo momentâneo. Lula reconstituiria as tradicionais relações executivo/legislativo dentro da visão clássica do presidencialismo de coalizão, como se não tivessem havido reformas profundas no sistema. Seriam, assim, questões conjunturais e não estruturais que afetariam o funcionamento do processo legislativo. Essa afirmação precisa ser melhor explorada em séries temporais

mais longas. É nesse contexto que pretendo apresentar novas contribuição ao estudo do Poder Legislativo no Brasil e a relação entre poderes na construção da governabilidade.

Concluo assim, meu memorial, requisito para a progressão funcional à classe E (Titular) da carreira de professor do magistério superior, olhando para o futuro, indicando as ideias que orientarão a continuidade da minha atuação na Universidade de Brasília no futuro próximo. Atuei em ensino, pesquisa e extensão, tive a oportunidade de colaborar diretamente com a gestão pública, entendo que seguirei esses caminhos, na expectativa de contribuir para o avanço da ciência política no Brasil, pensando, sempre, nos desafios postos à sociedade brasileira.

VI. Referências Bibliográficas

Trabalhos de minha autoria referenciados, por ordem cronológica reversa:

1. “Policy capacity: Explaining the surprising durability of CCTs in Brazil”. *Global Social Policy*, 23(2), 325–342, 2023. <https://doi.org/10.1177/14680181221120732>. Com Tracy Beck-Fenwick.
2. “Preaching to the Choir? Presidential Debates and Patterns of Persuasion in a Multiparty Presidential System”. *PUBLIC OPINION QUARTERLY*, v. 84, p. 892-914, 2021. Com Ryan Lloyd e André Bello.
3. “The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil”. *Journal of Politics in Latin America*, v. July, p. 1866802X2110223, 2021. Com Leonardo Avritzer.
4. “Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil”. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, v. 1, p. 1-29, 2021. Com Leonardo Avritzer e Priscila Carvalho.
5. “The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections.” *Latin American Politics and Society*, 1-23, 2020. doi:10.1017/lap.2020.13
6. “Pork is policy: Dissipative inclusion at the local level.” *Governance*, 31:4, October 2018: 701-720, <https://doi.org/10.1111/gove.12331>. Com Frederico Bertholini e Carlos Pereira.
7. “Disentangling legislative duration in coalitional presidential systems.” *Journal of Legislative Studies*, v.24, p.475 - 498, 2018. Com Taeko Hiroi.
8. *Institutional Innovation and the Steering of Conflicts in Latin America*. 2017. Colchester, UK: European Consortium for Political Research Press. Co-editado com Jorge Gordin.
9. “Meaning Of Time: Legislative Duration In The Brazilian Congress.” *Textos Para Discussão Cepal/Ipea*, v.1, p.1 - 24, 2017. Com Taeko Hiroi.
10. “The Political Cost of Corruption: Scandals, Campaign Finance, and Reelection in the Brazilian Chamber of Deputies.” *Journal of Politics in Latin America*, 8:2, p. 3-36, 2016. Com Ivan Jucá e Marcus Melo.
11. “Opening the Black Box: Cabinet Authorship of Legislative Proposals in a Multiparty Presidential System.” *Presidential Studies Quarterly*, v. 45, p. 247-269, 2015. Com Sylvia Gaylord.

12. "The Changing Role of Ministers in the Legislative Agenda in Brazil." *Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos*, v. 4, p. 57, 2015. Com Stephan Wojcik.
13. "Obstrucción y proceso decisorio en la Cámara de los Diputados: Brasil 1991-2010." *América Latina Hoy*, v. 70, p. 135-163, 2015. Com Taeko Hiroi.
14. "Dimensions of Legislative Conflict: Coalitions, Obstructionism, and Lawmaking in Multiparty Presidential Regimes." *Legislative Studies Quarterly*, v. 39, p. 357-386, 2014. Com Taeko Hiroi.
15. "PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010." *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 01-25, 2014. Com Barry Ames.
16. "Institutional and Partisan Sources of Legislative Conflict: The Brazilian Case." *Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 2-12, 2014. Com Taeko Hiroi.
17. "Obstrução e Processo Decisório Na Câmara Dos Deputados: 1991 A 2010." *Texto para Discussão* (IPEA. Brasília), v. 1957, p. 7, 2014. Com Taeko Hiroi.
18. "Should I Stay or Should I Go?" Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil." *Journal of Politics in Latin America*, Vol 5, No 3 2013. Com Carlos Pereira.
19. "Reelection and Legislative Power: Surprising Results from Brazil." *Legislative Studies Quarterly*, 37:4, 533-558, November 2012. Com Saul Cunnow, Barry Ames, Scott Desposato.
20. "Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o barômetro das Américas". *Dados*, v.54, p.391 - 428, 2011.
21. "As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.25, p.39 - 60, 2010. Com Andrea Cabello.
22. "Speak Clearly and Carry a Big Stock of Dollar Reserves: Sovereign Risk, Ideology, and Presidential Elections in Argentina, Brazil, Mexico, and Venezuela." *Comparative Political Studies*, vol. 42: pp. 1292 - 1316. 2009. Com Anthony Spanakos.
23. "Bolsa Família e Voto nas Eleições Presidenciais de 2006: Em Busca do Elo Perdido." *Opinião Pública*, Campina, v. 15, n.1, pp. 31-54, 2009. Com Elaine Licio e Henrique Castro.
24. "Rewarding the Corrupt? Reelection and Scandal Involvement in the Brazilian 2006 Legislative Election". *Colombia Internacional*, v.68, p.98 - 107, 2008.
25. "Agenda Power, Executive Decree Authority, and the Mixed Results of Reform in the Brazilian Congress." *Legislative Studies Quarterly*, v.XXXIII, p.5 - 34, 2008. Com Carlos Pereira e Timothy Power.
26. "Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002." *Dados*, v.50, p.721 - 755, 2007.
27. "Escândalos e Voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006." *Opinião Pública*, v.13, p.260 - 282, 2007.
28. "O Que é que o reeleito tem? O retorno: O Esboço de uma teoria da reeleição no Brasil." *Revista de Economia Política*, v.27, p.664 - 683, 2007.
29. "Macroeconomia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto para Presidente: As Eleições Brasileiras de 1994, 1998 e 2002." *Dados-Revista De Ciências Sociais*, 49: 1, 2006. Com Anthony Spanakos.
30. "Os militantes são mais informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002." *Opinião Publica*, vol.12, no.2, p.329-347, 2006.

31. "Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections." *American Journal of Political Science*. 50:2, 2006. Com Andrew Baker e Barry Ames.
32. "Elections and Economic Turbulence in Brazil: Candidates, Voters and Investors." *Latin America Politics and Society*. 48:4, 2006. Com Anthony Spanakos.
33. "Under What Conditions do Presidents' Resort to Decree Power: Theory and Evidence from the Brazilian Case." *Journal of Politics*. 67:1, 2005. Com Timothy Power e Carlos Pereira.
34. "Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies." *Journal of Latin American Studies*, 36: 1, 2004, pp. 109-130. Portuguese version published in: *Opinião Pública*, 9:1, 2003. Com Eduardo Leoni e Carlos Pereira.
35. "Successful Re-election Strategies in Brazil: The Electoral Impact of Distinct Institutional Incentives." *Electoral Studies*, 22:3, pp. 425-448, 2003. Com Carlos Pereira.
36. "O que é que o Reeito Tem? Dinâmicas Políticas Nacionais e Locais nas Eleições para a Câmara dos Deputados." *Dados-Revista De Ciencias Sociais*, 44:2, 2001, pp. 323-362. Com Carlos Pereira.
37. "A Estrutura das Crenças de Massa e seu impacto na Decisão de Voto." *BIB- Revista Brasileira de Informacao Bibliografica em Ciencias Sociais*, 51, 2001, pp. 71-92.
38. "Confiança Interpessoal e Comportamento Político: Microfundamentos da Teoria do Capital social na América Latina." *Opinio Publica*, 7:1, 2001.
39. "Sobre a Mensuração da Confiança Interpessoal: Um Conceito Multidimensional." *Dados-Revista De Ciencias Sociais*, 43:4, 2000, pp. 783-803. Com Mitchell A. Seligson.
40. "Instituições, Cultura Política e Logica da Desconfiança numa Cidade Brasileira," in Baquero, Marcello (org.), *Desafios da Democratizacao na America Latina*, Porto Alegre, Editora da Universidade, 1999.
41. "Cultura Política, Hobbesianismo Social e Democracia", in: Nunes, Brasilmar Ferreira (org.), *Brasília: a Construção do Cotidiano*, Brasília, Paralelo 15, 1997, pp. 87-117.
42. "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes." *BIB- Revista Brasileira de Informacao Bibliografica em Ciencias Sociais*, 45, 1998, pp. 71-92.
43. "Revisitando a Corrente Dominante da Teoria da Cultura Política." *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Pós*, ano 1, vol. 1, no. 1, 1997, pp. 235-271.
44. "A Cultura Política de Massas no Distrito Federal." *Textos Graduated*, ano 1, número 1, 1995, pp. 3-23.

Trabalhos referenciados de outros autores(as):

Abers, Rebecca; Keck, Margaret. (2017). "Autoridade Prática, Construção Institucional e Entrelaçamento". *Autoridade Prática: Ação Criativa e Mudança Institucional na Política Brasileira de Água*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

Albala, A. (2023). Lula III: a volta da presidência "normal"? In. Inácio (org), M. Presidente, Gabinete e Burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber. Hucitec, São Paulo.

- Almond, G., & Verba, S. (1963). "The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations." Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Almond, G. & Verba, S. (1980). "The Civic Culture Revisited." Boston: Little, Brown.
- Ames, B. (2016). "Entraves da Democracia do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Amorim Neto, O. 2006. *Presidencialismo E Governabilidade Nas Américas*. FGV Editora.
- Anderson, Christopher J., and others, (2005). "Losers' Consent: Elections and Democratic Legitimacy." *Comparative Politics*, accessed 5 Jan. 2025.
- Boas, T. (2023). "Evangelicals and Electoral Politics in Latin AmericaA Kingdom of This World." Cambridge: Cambridge University Press.
- Borges, A. & Vidigal, R. (2018). "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras." *Opinião Pública* 24 (1).
- Carpenter, D. P. (2001). *The Forging of Bureaucratic Autonomy: Reputations, Networks, and Policy Innovation in Executive Agencies, 1862-1928*. [s.l.] Princeton University Press.
- Carpenter, D. P. (2010). *Reputation and power: organizational image and pharmaceutical regulation at the FDA*. [s.l.] Princeton University Press.
- Cohen, Mollie & Smith, Amy & Moseley, Mason & Layton, Matthew. (2022). Winners' Consent? Citizen Commitment to Democracy When Illiberal Candidates Win Elections. *American Journal of Political Science*. 67. 10.1111/ajps.12690.
- Collier, Ruth Berins; Collier, David. 2002. "Critical Junctures and Historical Legacies", *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. 2nd ed. Notre Dame, Ind: University of Notre Dame Press, 27-39.
- Figueiredo, A. & Limongi, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Hall, Peter A., 1992. "The movement from Keynesianism to monetarism: Institutional analysis and British economic policy in the 1970s". In: Steinmo, Sven; Thelen, Kathleen; Longstreth, Frank, orgs. *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Lawrence, Thomas B.; Suddaby; Roy; Leca, Bernard. 2009. Introduction: Theorizing and Studying Institutional Work. In *Institutional Work Actors and Agency in Institutional Studies of Organization*, Lawrence, Thomas B.; Suddaby; Roy; Leca, Bernard (orgs). Cambridge; New York: Cambridge University Press: 1-27.
- Lindert, K. & Vincensini, V. (2010) “Social Policy, Perceptions and the Press: An Analysis of the Media’s Treatment of Conditional Cash Transfers in Brazil.” Social Protection Discussion Paper No 1008. Washington D.C.: World Bank.
- Linz, Juan. (1978). “Crisis, Breakdown and Reequilibration.” Baltimore: Johns Hopkins University.
- Mahony, James; Thelen, Kathleen, 2010. “A Theory of Gradual Institutional Change”, IN: Mahony, James; Thelen, Kathleen, orgs, *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa & Inglehart, Ronald. (2019). “Cultural Backlash. Trump, Brexit and Authoritarian Populism.” Cambridge: Cambridge University Press.
- Novaes, Carlos Alberto Marques. (1994). Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 38, p. 99-147.
- Peres, Paulo. (2008). “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23:68.
- Perlin, G. & Santos, M. L. (2019). *Presidencialismo De Coalizão Em Movimento*. Brasília: Edições Câmara.
- Pierson, P. (2004). *Politics in Time*. Princeton University Press.
- Putnam, Robert D. 1994. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Raile, E. D., Pereira, C., & Power, T. J. (2011). The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. *Political Research Quarterly*, 64(2), 323–334.
- Samuels, D. & Zucco, C. (2018). “Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil.” Cambridge: Cambridge University Press.

Santos, F. & Vilarouca, M. G. (2008) Political Institutions and Governability from FHC to Lula. In: Kingstone, P. Democratic Brazil Revisited. University of Pittsburgh Pre. pp. 57-80.

Santos, F. & Barbosa, L. (2021). “Bolsonaro e o Congresso: a caminho da estabilidade?” Em: Avritzer, L., Kerche, F. & Marona, M. "Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política." São Paulo: Autêntica.

Santos, F. & Luz, J. (2023) “Primeiros passos em busca da governabilidade: análise preliminar da coalizão de apoio a Lula III.” Em: Inácio, M. (org.) “Presidente, Gabinete e Burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber.” São Paulo: Hucitec.

Santos, W.G. (1993). Razões da Desordem. Rio de Janeiro: Rocco.

Sniderman, P., Brody, R. & Tetlock, P. (1991). Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology. New York: Cambridge University Press.

Smith, Amy Erica. (2019). [*Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*](#). Cambridge University Press.

Voß, J.P. & Simmons, A. (2018) “The concept of instrument constituencies: accounting for dynamics and practices of knowing Governance.” Policy and Society, 37(1): 14-35.
Wildavsky, A. (1987). Choosing Preferences by Constructing Institutions: A Cultural Theory of Preference Formation. *The American Political Science Review*, 81(1), 4–21.

Zuñiga, D. and M. Iacoviello (2010). “The Weakest Link: The Bureaucracy and Civil Service System in Latin America.” In *How Democracy Works: Political Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking*. Washington DC, IDB, 147-176.